

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 068

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 27 DE MAIO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 047ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
27 DE MAIO DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Antonio Anibelli e Nelson Tureck.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1387

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, vem mui respeitosamente REQUERER de V. Exa. a adoção de regime de urgência para exame dos Projetos de Lei nºs 017, 076, 165 e 200/2002, de autoria do requerente.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1435

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 324/2002, item 22 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1437

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1398

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do item 02 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, Projeto de Lei nº 129/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que altera a redação da Lei nº 11182, de 23 de outubro de 1995.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 1413

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1440

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, com fundamento no artigo 107 do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o douto Plenário, quebra de interstício e transformação da Sessão Plenária do dia 28 de maio

próximo, em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 324 e 284/2002 (renegociação dos títulos de Alagoas e Operação de crédito com o BIRD para o Paraná Urbano II).

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Ademar Traino, Luiz Carlos Martins, Carlos Simões, Valdir Rossoni, Sérgio Spada e Fernando Guimarães.

REQUERIMENTO Nº 1409

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a prorrogação do prazo para a entrega de emendas para o Projeto de Lei nº 221/2002, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2003, até o dia 10.06.2002.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 1420

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121 do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 528/99 e 241/2002, que dispõem destinação de vagas para jovens em empresas que recebem incentivos fiscais do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1421

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121 do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 632 e 634/2001, que proíbem qualquer aumento de taxa de pedágio nas rodovias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1438

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121 do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 540/2001 aos de nºs 226/2001, 262/2001, 527/99, 010/99, 080/99, 069/99 e 704/2001, que tratam de criação de agências reguladoras.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1379

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar à família do professor Idevalci Ferreira Maia, vereador da Câmara Municipal de Campo Mourão, pelo falecimento de sua progenitora, Sra. Jaira Ferreira Maia, ocorrido nesta data, no município de Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1386

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor João Juventino de Siqueira, ocorrido no dia 21.05.2002, ex-vereador e prefeito da cidade de Jaboti.

Requer, ainda, que da decisão do Plenário, seja enviado expediente ao seguinte endereço: Pedro Juventino de Siqueira, seu irmão, na Rua José Cândido Filho, s/nº- Jaboti- CEP 84.930.000.

Sala das Sessões, em 27.05.2002

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1399

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento de Edgar Rodrigues da Silva, que ocorreu no último dia 26 de maio, no município de Santa Helena.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família enlutada através de seu pai, senhor Etelvino Rodrigues da Silva, por meio de correspondência a ser encaminhada à Av. Brasil, 1523, Centro- CEP- 85.892-000, no município de Santa Helena- PR.

Sala das Sessões, em 27.05.2002

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1401

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do senhor Líbano Merlo, que ocorreu no último dia 26 de maio, no município de Coronel Vivida.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família enlutada através de sua esposa e viúva, senhora Geni Merlo, por meio de correspondência a ser encaminhada à Rua XV de Novembro, nº 203, apto. 202-

CEP 85.550.000, no município de Coronel Vivida-Paraná.

Sala das Sessões, em 27.05.2002

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1411

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do senhor Sebastião Moraes, que ocorreu no último dia 27 de maio, no município de São João do Ivaí.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à sua esposa Justina Maciel Moraes e os filhos Ozias, Oziel, Idalina, Vitalina e Eni Moraes, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Curitiba, 104 - CEP 86930.000- São João do Ivaí- PR.

Sala das Sessões, em 27.05.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

Ademir Bier, Waldyr Pugliesi.

REQUERIMENTO Nº 1432

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família Moscalewski Pierin, pelo prematuro falecimento do senhor Renê Marcelo Moscalewski Pierin, servidor público estadual, de incansável dedicação às funções que exercia junto à Dipro Sefa.

Deixa saudades à viúva, senhora Soraia Moscalewski Pierin, aos filhos Andressa Moscalewski Pierin e André Moscalewski Pierin.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132, do Regimento interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente à família enlutada, na rua David Carneiro, nº 328, aptoº 901- Bairro São Francisco - Curitiba- Paraná- CEP 80.530.070.

Sala das Sessões, em 27.05.2002

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1378

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à diretoria da Cooperativa de Crédito Cataratas do Iguaçu, pela inauguração de sua nova agência, no município de São Miguel do Iguaçu-PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos senhores Manfreed Alfonso Dasenbrock, presidente e Ademir Roque, gerente de negócios, por meio de correspondências a serem encaminhadas à Cooperativa de Cré-

dito Cataratas do Iguaçu - na Av. Willy Barth, esquina com Rua Getúlio Vargas, São Miguel do Iguaçu - Paraná.

Sala das Sessões, em 27.05.2002

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1392

Senhor Presidente:

O deputado estadual que firma o presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após anuência do Plenário, envio das congratulações deste Poder Legislativo à Comunidade Evangélica Martin Luther, de Marechal Cândido Rondon, pela passagem dos seus 50 anos de existência, festejada no último dia 19 de maio.

Do aprovado, requer ainda, seja dado ciência ao senhor Lauri Nied - presidente da Comunidade e ao pastor Oscar Lehmann à Rua José Bonifácio- 75- CEP 85960-000, Marechal Cândido Rondon- Paraná.

Sala das Sessões, em 27.05.2002

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O primeiro registro de trabalho da Comunidade Evangélica Martin Luther de Marechal Cândido Rondon, começou em 07 de março de 1950. A partir desta data, sempre marcou presença em todos os acontecimentos de Marechal Cândido Rondon.

Sob a égide da fé, os primeiros colonizadores Erich Ritscher, Antonio Rockembach e Osvaldo Heinrich, homens desbravadores e com espírito de pioneirismo, nasceu a grande Congregação Cristã.

São 50 anos de glórias, de lutas e conquistas. Sem a presença marcante da Comunidade Evangélica, Martin Luther, Marechal Cândido Rondon não seria o município de expressão que é.

São 2.300 famílias que formam essa distinguida e exemplar comunidade religiosa.

Além de estar acompanhando e participando do desenvolvimento e progresso da sociedade rondonense, ainda, continua oferecendo de forma nobre e digna, todo amparo espiritual e levando a todos os lares, esperança e fé, aos que recorrem a ela.

O Jubileu de Ouro comemorado, portanto, simboliza Amor. Simboliza Paz. Antever sua prosperidade é tarefa simples, para os que acreditam e crêem em Deus.

Em razão do exposto considero justa a presente homenagem deste Poder Legislativo, pela passagem dos 50 anos dessa exemplar comunidade.

REQUERIMENTO Nº 1396

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Corumbataí do Sul, pelas comemorações alusivas aos 15 anos de emancipação político-administrativa do município, em 27 de maio do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dada ciência à prefeitura Municipal de Corumbataí do Sul, (Rua Tocantins, 510 - CEP 86970-000- Corumbataí do Sul- PR) e à Câmara de Vereadores (Rua Guarani- 470 - CEP 86970-000- Corumbataí do Sul- PR).

Sala das Sessões, 27.05.2002

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1400

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Dr. Jorge Guilherme Montenegro Neto, por sua posse como procurador de Justiça do Estado do Paraná, a ser realizada no dia 28 de maio, no Auditório “Ary Florêncio Guimarães”, Palácio da Justiça, em Curitiba/PR.

Requer, ainda que do presente se dê ciência ao Dr. Jorge Guilherme Montenegro Neto, através de correspondência a ser encaminhada para a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná, Palácio da Justiça, em Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 27.05.2002

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1402

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de aplausos e congratulações à escritora Glória Perez, à Rede Globo de Televisão e à Rede Paranaense de Televisão - RPC, pelo excelente trabalho que vêm desenvolvendo na campanha contra as drogas, na novela “O Clone”, que tanto tem ajudado a nossa sociedade, na prevenção deste terrível mal que assola uma parcela da nossa juventude, deixando sérias e irreversíveis seqüelas.

Requer, outrossim, seja dado ciência deste ao homenageado no seguinte endereço: RPC - Av. Batel, 11.323 - Batel - CEP 80.420-090.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) CESAR SELEME

Apoiamento:

Luiz Carlos Zuk

JUSTIFICATIVA:

Os veículos de comunicação, em especial as emisoras de rádio e de televisão com reconhecida influência junto ao grande público, não podem se eximir de sua responsabilidade social enquanto formadores de opinião. Neste aspecto, é altamente meritória a iniciativa da Rede Globo - através da novela “O Clone”, cuja autora é Glória Perez - em abordar a problemática das drogas e os malefícios que o seu uso provoca nos indivíduos que a consomem, na sua maioria jovens. Ao criar personagens que acabam se tornando dependentes químicos e de inserir no

roteiro depoimentos verídicos de pessoas direta ou indiretamente envolvidas no universo das drogas, a novelista presta uma contribuição inestimável ao combate de um mal que atormenta a sociedade contemporânea. Lembre-se que a autora Glória Perez já havia cumprido com êxito papel semelhante ao divulgar em uma de suas novelas, fotografias de crianças desaparecidas, muitas delas finalmente localizadas e devolvidas aos seus pais.

A mesma repercussão positiva pode ser observada em relação à novela “O Clone”, haja vista o grande número de usuários de drogas que vem procurando espontaneamente clínicas de recuperação, estimulados pelas situações dolorosas que testemunham diariamente na condição de telespectadores. Ao mesmo tempo, as cenas dramáticas exibidas nacionalmente são um passo decisivo rumo à prevenção, afastando do mundo das drogas pessoas propensas a experimentá-las. Eis um exemplo, preclaros colegas deste Parlamento, do enorme caráter educativo dos veículos de comunicação de massa, notadamente quando se trata da emissora de TV detentora dos maiores índices de audiência no País.

Pelo exposto, acreditamos que se encontra plenamente justificada a presente homenagem à escritora Glória Perez e à TV Globo pela transmissão diária da novela “O Clone” em rede nacional, a quem requeremos seja dado conhecimento dos votos de congratulações e aplausos aprovados por esta Casa de Leis. Igualmente, solicitamos seja remetida cópia à Rede Paranaense de Televisão, afiliada da TV Globo do Paraná, na pessoa do seu diretor-presidente, jornalista Francisco Cunha Pereira Filho.

REQUERIMENTO Nº 1406

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao jornal Tribuna de São José, de São José dos Pinhais, pela passagem do seu 45º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao senhor redator chefe, jornalista René Miranda, para que receba e transmita aos demais diretores, jornalistas, colaboradores e funcionários, as homenagens da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O próximo dia 18 de junho, será para nós um dia de gala, quando o jornal Tribuna de São José, de São José dos Pinhais completará 45 anos de fundação.

Jornalismo é quase um sacerdócio, é uma vocação do bem-servir.

A importância da imprensa na vida moderna é indiscutível, assim como a sua influência decisiva na sociedade, seja como veículo de comunicação, seja como emissor de cultura, lazer, recreação e também na partici-

pação para o desenvolvimento e o progresso da sociedade em todas as áreas.

Para nós, paranaenses, é muito importante mostrar o lado positivo do nosso Paraná. É ainda muito mais importante levar ao conhecimento da opinião pública o nosso progresso tecnológico na área de comunicação.

É gratificante a todos os paranaenses, especialmente aos da região de São José dos Pinhais, saberem que o avanço tecnológico e o progresso caminham lado a lado, unindo a criatividade e a técnica com o estágio atual do desenvolvimento.

A este contentamento, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste deputado, associa-se como representante do povo, congratulando-se com o jornal Tribuna de São José, como atestado de que seu sucesso é fruto de trabalho e competência.

REQUERIMENTO Nº 1407

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município da Lapa, pela passagem do seu 233º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Paulo Furiatti, prefeito municipal, ao vice-prefeito, Sr. Maurício Pazinato, bem como a todos os senhores vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população da Lapa.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com esta proposição queremos prestar nossa homenagem a toda a população da legendaria Lapa, que no próximo dia 13 de junho estará comemorando seus 233 anos de emancipação política.

O Paraná tem tradição, história e heroísmo.

Nossa tradição não é baseada em lenda, não se formou por contos, nem por ouvir dizer. Nossa tradição, nossa história e a luta pela cidadania paranaense foram feitas com coragem, com briga, mesmo, com sangue, porque sangue é o tributo que cobram os heróis. E onde os heróis derramam o seu sangue pelos ideais da pátria e da humanidade, é um chão sagrado.

A Lapa é um desses locais. É um chão sagrado. É considerada o berço da civilização paranaense, depositário das passagens mais brilhantes da nossa história.

A população da Lapa, exultante de alegria, estará comemorando festivamente a data magna do município, na certeza de que com muito trabalho e dedicação serão vencedores.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, orgulha-se em transmitir ao povo da lapa, com este voto, o reconhecimento e admiração pela dedicação ao longo desses

233 anos, num incessante trabalho em prol do desenvolvimento cada vez mais significativo do município.

“Só os feitos positivos podem marcar a presença do homem na vida.
Passam-se os séculos, mas a voz do futuro vai marcando a figura daquele que realizou alguma coisa, sobretudo pelo bem público.”

(Prof. Wenceslau Muniz)

REQUERIMENTO Nº 1410

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Nilton Luiz Choinski e Carmem Lúcia Poplade Choinski, que completou 25 anos de união conjugal, em 21 de maio do corrente, celebrando bodas de prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1414

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à APR, pela comemoração de seus 44 anos de relevantes serviços prestados à comunidade.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A APR - Associação Paranaense de Reabilitação, comemorou em 01 de maio seus 44 anos. Fundada em 1958, oferece ensino especial e reabilitação a mais de 250 crianças e adolescentes portadores de deficiências físico-motoras.

A iniciativa da fundação da APR partiu do Lions Club Centro e o objetivo inicial era atender crianças portadoras de poliomielite. Com a erradicação da doença, a APR passou a atender crianças e adolescentes com deficiência físico-motora, como paralisia cerebral e mielome-

lingocele. Além das terapias para reabilitação, as crianças da APR também estudam na Escola Especial Nabil Tacla, que é mantida pela instituição.

Para sobreviver, a APR recebe doações e, também mantém fábricas de próteses e órteses, cuja renda é revertida para o tratamento de alunos da Nabil Tacla. A instituição possui ainda a Clínica de Amputados, que presta atendimento gratuito de reabilitação e adaptação às próteses a pessoas vítimas de amputação.

Neste ano, a comemoração dos 44 anos da instituição foi especial, pois a APR recebeu o prêmio Bem Eficiente 2001. O prêmio, conferido pela Kanitz e Associados, selecionou instituições beneficentes e a APR ficou como a 56ª entre as 400 melhores do Brasil, na classificação geral e alcançou o honroso 5º lugar entre as paranaenses. No item "Assistência a Portadores de Deficiências", a APR ficou em 8º lugar no geral e 1º lugar no Paraná.

Pelas merecidas premiações, resultado de extenso e incansável trabalho desenvolvido dentro da nossa sociedade, e pela comemoração de seus 44 anos de fundação, receba a APR, através de seu presidente, Sr. Cadri Masuda (Rua dos Funcionários, 805 - Cabral - 80035-050 - Curitiba - PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1415

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Fundação Cultural do Exército Brasileiro - Representação em Curitiba, pela sua inauguração em data de 22 de maio de 2002.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Foi inaugurada a representação no Paraná da Fundação Cultural do Exército Brasileiro. A instituição é uma extensão da Fundação de Brasília, inaugurada em março de 2000 e presidida pelo publicitário Flávio Correa.

A instituição, sem fins lucrativos, buscará, em parceria com a iniciativa privada, desenvolver, entre outras atividades, recuperações e restaurações do patrimônio histórico-cultural, programas de preservação do meio ambiente, promoções de atividades culturais, maior divulgação da história militar brasileira e desenvolvimento de iniciativas relacionadas à comunicação e assistência social.

Com a nova instituição, a sociedade poderá usufruir do rico acervo e patrimônio cultural que o Exército possui e que está disseminado por todo o território brasileiro. São fortes, fortalezas, sítios históricos, monumentos, edificações de variada natureza, armas, equipamentos, obras de arte e documentos que são fontes e referenciais de grande importância para a história da sociedade brasileira e da sua força terrestre.

A Fundação tem por finalidades:

- atender às atividades de natureza cultural, educacional, de comunicação social, de preservação do meio ambiente e de assistência social desenvolvidas pelo Exército Brasileiro;
- recuperar e preservar o patrimônio histórico e artístico do Exército Brasileiro;
- divulgar a história, o patrimônio artístico militar e outros aspectos da cultura militar brasileira;
- incentivar enaltecimento aos grandes vultos da vida nacional e seus feitos;
- promover atitudes favoráveis à conservação do meio ambiente e ao aprimoramento da qualidade de vida;
- desenvolver e apoiar iniciativas relacionadas à assistência social.

A instituição da Fundação foi possível graças à iniciativa da sociedade civil, apoiada por muitas empresas privadas e associações. A inauguração da instituição no nosso Estado traduz-se numa grande oportunidade que o Paraná passa a ter de participar da vida do Exército Brasileiro.

Pela importante inauguração, receba a representação no Paraná da Fundação do Exército Brasileiro os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1416

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Emater, pela comemoração de seus 46 anos.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Emater-PR comemorou na última semana, seus 46 anos de existência. A empresa, que atualmente atende cerca de 200 mil empresas por ano, é o verdadeiro espelho da história agrícola do nosso Estado, já que vem acompanhando os paranaenses nas causas agrícolas do Paraná.

Durante esses longos 46 anos, muitos foram os desafios, sempre enfrentados com dedicação e trabalho de toda a equipe da Emater que é o braço técnico de apoio ao agricultor paranaense.

Pela comemoração de seus gloriosos 46 anos, receba a Emater, através de seu presidente (Rua da Bandeira, 171 - centro - 80035-270 - Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1418

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado o envio de votos de congratulações e aplausos, à diretoria e funcionários da Emater -Paraná, pela comemoração dos seus 46 anos da

criação do Serviço Oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná.

Do aprovado, requer ainda, seja enviado cópia ao diretor-presidente da Emater - Paraná, engenheiro agrônomo Rubens Ernesto Niederheitmann.

Neste termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O Serviço de Extensão Rural Oficial do Paraná completa 46 anos, e está voltado para auxiliar no desenvolvimento do agricultor e sua família, bem como, apoiar os municípios e regiões na busca de soluções para seus problemas no meio rural.

Trata-se portanto, de uma missão nobre e direcionada na busca da mudança de atitude e na geração de proposta de desenvolvimento rural.

Com uma equipe de 1.301 funcionários, distribuídos em 430 unidades e presente nos 399 municípios paranaenses a Emater - Paraná tem desenvolvido seu trabalho fundamentalmente através da atuação por processos. No último ano (2001), foram assistidos 190.000 produtores rurais, destes, 159.000 pequenos agricultores, o que corresponde a 83% dos pequenos agricultores do Estado do Paraná; bem como 18.600 trabalhadores rurais, 6.300 empresários rurais, 5.250 jovens rurais e 1.500 pescadores artesanais, residentes no Estado.

A Emater teve uma participação efetiva no atendimento ao público, através da elaboração de 84.000 projetos do Pronaf, correspondendo com 77% do total do Programa no Estado (total de 108.000 projetos).

REQUERIMENTO Nº 1425

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos ao Cônsul Geral da Itália, Mário Trampetti, pela comemoração à Data Estadual da Etnia Italiana.

Outrossim, requer comunicação do feito ao Cônsul Mário Trampetti, na Rua Marechal Deodoro, 640, andar 21 - Centro CEP 80010-010 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Cônsul Geral da Itália, Mário Trampetti é o maior representante em nosso Estado do maravilhoso povo italiano. Esse magnífico povo, que chegou há muito tempo no Paraná, teve um papel atuante na economia, principalmente, na cultura cafeeira. Povo exemplar e trabalhador, logo no começo já conquistou a simpatia de todos os brasileiros, e ganhou papel de destaque neste acolhedor Estado. A Data Estadual da Etnia Italiana vem demonstrar a importância que esse povo teve e continua tendo para o progresso do Paraná e de seus cidadãos.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1426

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos ao senador Osmar Fernandes Dias pelo Título de Cidadania Honorária do Paraná.

Outrossim, requer comunicação do feito ao senador Osmar Fernandes Dias, na Praça dos Três Poderes, Gabinete 13/FM CEP 70165-900 Brasília-DF.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Senador Osmar Fernandes Dias, será homenageado, no dia 27 de maio de 2002, na Sessão Solene da Assembléia Legislativa do Paraná, com título de Cidadania Honorária do Paraná. Essa homenagem mostrará o carinho que o povo paranaense tem por esse cidadão que tanto ajuda nosso Estado. Motivado por todas as causas que beneficiem o Paraná, o senador e político mostrou e continua mostrando que o povo pode confiar em sua pessoa, pois suas ações políticas sempre visam o bem da coletividade.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1427

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos ao senhor Rubens Ernesto Niederheitmann, diretor-presidente da Emater-PR, pelo 1º Encontro de Produtores e Consumidores de Produtos Orgânicos e pela Feira de Produtos da Região Metropolitana e Litoral.

Outrossim, requer comunicação do feito ao senhor Rubens Ernesto Niederheitmann, na Rua da Bandeira, 500 - CEP 80035-270 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O diretor-presidente da Emater/PR, Rubens Ernesto Niederheitmann, vem promovendo importantíssimos eventos. Os mais recentes foram o 1º Encontro de Produtores e Consumidores de Produtos Orgânicos e a Feira de Produtos da Região Metropolitana e Litoral. Ambos foram um sucesso. A feira contou com produtos orgânicos, frutos do mar, sucos, geléias, embutidos, bebidas caseira, espetinho de carne, palmito e conserva, e também farinhas. Realmente foi um grande sucesso. Já o encontro foi coisa fenomenal. Há muito tempo não se via no Paraná uma união tão grande entre produtores e consumidores.

Eventos assim mostram a competência do diretor-presidente da Emater/PR frente ao progresso do povo paranaense.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1436

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de congratulações aos novos membros da diretoria da Associação Comercial e Industrial de Cascavel - ACIC, que tomarão posse no dia 27 de junho de 2002.

O senhor Rogério Francisco Stein, foi reeleito por aclamação na noite do dia 23 de maio, para comandar a ACIC por mais um ano. A senhora Suzana Gasparovic Kasprzak continuará por mais uma gestão na condição de vice-presidente. Fazem parte, também da nova diretoria o senhor Guido Brosolin Júnior, vice para Indústria; a senhora Ivone Kucinski, vice para o Comércio; o senhor Cezar Luiz Bernardo, vice para a Prestação de Serviços; o senhor Modesto Félix Daga, vice para a Agricultura, a senhora Edicélia Zotnitta, vice e presidente do Conselho da Mulher Empresária Executiva; o senhor Francisco Ribeiro, vice para as Microempresas, o senhor Marcos Bertoldi, secretário; o senhor Jerry Luiz Sperandio, primeiro secretário; o senhor José Alexandre Polasek, tesoureiro; a senhora Alande Manfroi Tissiani, primeira tesoureira; a senhora Neide Monaro Basso, diretora de patrimônio, o senhor Carlos Guedes e a senhora Regiane Cavalli, diretores de eventos e promoções; a senhora Cleuza Mizuta, diretora comunitária; o senhor Violar Sarturi, diretor de Comunicação Social; o senhor Caio Gottlieb e o senhor Cláudio Kopp, diretores de relações públicas e o senhor Roberto Kaefer e a senhora Beatriz Gentelini Bertoglio, diretores de comércio exterior.

Sala das Sessões, em 27.05.2002

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1380

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor às pessoas abaixo relacionadas, pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

- . Pr. Naziozeno José das Neves - Terra Rica - PR
- . Pr. Edilson Siqueira - Curitiba - PR
- . Pr. Doraci Correia - São João - PR.
- . Pr. Alcides Firme Adriano - Francisco Beltrão - PR.
- . Pr. Ezequiel Machado - Pato Branco - PR.
- . Pr. Milton Evaristo de Souza - Diamante do Norte - PR.
- . Pr. Inoel Machado - Dois Vizinhos - PR.
- . Pr. Josué Mariano de Castro - Coronel Vivida - PR.
- . Pr. Antonio Bortoncello - Salgado Filho - PR.
- . Pr. Isaias Gonçalves - Assis Chateaubriand - PR.
- . Pr. Valdemar Kaktim dos Santos - Itapejara d'Oeste - PR.

Sala das Sessões, em 27.05.2002

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 1381

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de louvor ao senhor Elerian do Rocio Zanetti (Toco), prefeito municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, pelo prêmio Referência Nacional em Meio Ambiente, recebido no Congresso de Prefeitos do Brasil, realizado na cidade de Porto Seguro- BA.

Requer também que, seja dado ciência ao homenageado, sito à Rua Bento Munhoz da Rocha Neto, nº 30, CEP 83430-000, no município de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.05.2002

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 1383

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor e congratulações ao Dr. Luiz Régis Prado, vice-presidente da Associação Brasileira de Professores de Ciências Penais.

Já tendo escrito cerca de 20 livros, sendo autor de centenas de artigos, é considerado um dos maiores juristas do País. Diretor do Instituto Catuaí de Ensino Superior, graduou-se em Direito pela UEL, e pela Universidade de Nancy (na França), tendo feito mestrado e doutorado pela PUC -SP e pós-doutoramento pelas Universidades de Saragoza, na Espanha e Estrasburgo, na França.

Esse paranaense de Sertaneja, recebe agora nossa justa homenagem, no momento em que é nomeado consultor da Organização dos Estados Americanos (OEA) para o Brasil, face a sua competência e ilibada reputação.

Sala das Sessões, em 27.05.2002

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1422

Senhor Presidente:

O deputado que o presente requerimento subscreve, na forma do Regimento Interno e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER votos de louvor à Associação Sul Brasileira das Oficinas de Manutenção Aeronáutica- Asoma, pela idealização e ao senhor Jefferson Luiz Resende pela realização do evento "1º Workshop Paraná em Aviação Agrícola" ocorrido no último dia dezesseis do corrente mês nas dependências do Centro de Desenvolvimento Tecnológico de Guarapuava - Cedeteg, destinado à promoção e ao desenvolvimento da aviação rural no Paraná.

Aprovado o presente, deverá ser expedida correspondência ao piloto-aviador Jefferson Luiz Resende, responsável pela organização do evento, no endereço: Rua Tiradentes, nº 617, Caixa Postal 709, Guarapuava, CEP 85.010.310 e ao senhor Paulo Roberto de Abreu, respon-

sável pela idealização do evento, no endereço Rua Tuiuti, nº 193- Canoas-RS - CEP 92.110-350.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 1394

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, votos de louvor ao diretor-presidente do Sicredi Cataratas do Iguaçu, Manfred Alfonso Dasembrock.

A Sicredi inaugurou recentemente uma agência em Foz do Iguaçu que vai preencher uma importante lacuna no setor de crédito ao produtor agrícola, como já acontece em várias cidades do Estado.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 27.05.2002

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1439

Senhor Presidente:

Os deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, efetuam Moção de Apoio aos servidores civis do Poder Judiciário Federal do Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho - Sinjutra, e Sindicato dos Servidores da Justiça Federal e Eleitoral do Estado do Paraná - Sinjuspar, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados, presidente do Tribunal Regional Federal - 4ª Região (Porto Alegre), presidente do Tribunal Regional do Trabalho - 9ª Região, diretor do foro da Justiça Federal de Curitiba e presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.05.2002

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Orlando Pessuti, Luciana Rafagnin, Nereu Moura, Caíto Quintana, Sérgio Spada, Waldyr Pugliesi, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Cezar Silvestri, Marcos Isfer, Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk, Ademir Bier, Hermes Fonseca, Pastor Edson Praczyk, Renato Gaúcho, Hermas Brandão e Ricardo Chab.

REQUERIMENTO Nº 1440-A

Senhor Presidente:

O deputado Ricardo Chab, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. José Tavares - secretário de Estado da Segurança Pública, com cópia para o DD. Sr. Jaime Lerner - Governador do Estado do Paraná, solicitando

melhoria na segurança pública para a região de Rio Pequeno - São José dos Pinhais- PR.

Sala das Sessões, em 27.05.2002

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 1384

Senhor Presidente:

O deputado Ricardo Chab, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. José Tavares - secretário de Estado da Segurança Pública, com cópia para o DD. Sr. Jaime Lerner - Governador do Estado do Paraná, solicitando melhoria na segurança pública para a região de Rio Pequeno - São José dos Pinhais- PR.

Sala das Sessões, em 27.05.2002

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Em virtude do 1º Encontro Regional sobre segurança, realizado em 13.05.2002, com a participação dos moradores das Vilas: Quissisana, Fátima, Antares, Krichak, Jurema, Santa Clara, Jardim Atômico, Suíssa, Riacho Doce e Malvea, que com unanimidade solicitam melhoria na segurança pública com urgência.

REQUERIMENTO Nº 1431

Senhor Presidente:

O deputado estadual que subscreve o presente documento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário da Casa, o encaminhamento de pedido à Anatel, para que altere, modifique ou revise a atual legislação que disciplina e rege o Sistema de Telecomunicações existentes no território brasileiro, afeto à telefonia fixa, que atinge, em consequência, o Estado do Paraná, conforme dispõe a justificativa em apenso.

Do aprovado, requer ainda, que seja dado ciência ao gerente da Filial Paraná da Telepar Brasil Telecon, Sr. Luiz Carlos Valle Ramos à Avenida Manoel Ribas, 115 - 17º andar, CEP.: 80410-905 - Curitiba-PR. e ao presidente da Anatel, Sr. Antônio Carlos Valente da Silva à SAS Quadra 06 - Bloco G - 2º andar - Assessoria de Relações com os Usuários - CEP.: 70313-900 - Brasília-DF.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Os avanços são indiscutíveis e palpáveis no que diz respeito às telecomunicações do Brasil. Tanto na telefonia fixa quanto na telefonia celular houve um progresso excepcional.

A política adotada nessa área foi, na verdade, de transformação, ao contrário do que perdurava, que era o de conservação, quando os investimentos dependiam do Poder Público.

Há alguns anos, o acesso a esse sistema era privilégio de poucos. Hoje o benefício se estendeu de forma

extraordinária, ao alcance de quase toda população brasileira, pois além de ser um benefício pessoal, é também um grande benefício social e de utilidade pública.

Por pensar que a essência da democracia está no povo, é exatamente a pedido dele que apresento este requerimento que considero de alta relevância social.

A Anatel precisa revisar a atual legislação, que rege as diretrizes das Telecomunicações do Brasil. Ela não pode ser intransigente nesse mérito e acredito que ela não se considera proprietária da legislação pertinente à telefonia, por isso, é que acredito no sucesso do presente pleito.

Para o entendimento do assunto que trago ao Plenário, cito um exemplo, que justifica e esclarece o que vem ocorrendo em muitos municípios paranaenses.

Em Missal, município localizado na região Oeste do Estado, com 6.000 habitantes, existem 03 (três) prefixos: 244, 260 e 345, sendo o primeiro da sede do município e os dois subsequentes, de dois distritos interioranos, denominados, Dom Armando e Portão Ocuy.

Uma ligação efetuada entre os prefixos citados, são cobradas tarifas como interurbanas, em vez de serem consideradas ligações locais.

Daí vêm os clamores populares e as manifestações da população afetada, dos Poderes Executivo, Legislativo, das Associações Comerciais e Industriais, entre outras, contra essa taxação considerada como interurbana, quando o bom senso manda considerar, essa mesma ligação, um simples pulso telefônico.

Essa metodologia vem afetar diretamente o desenvolvimento e o crescimento dos municípios atingidos pela legislação em vigor, que autoriza a Telepar Brasil Telecom a assim proceder e, se não bastasse isso, ainda, interfere no poder aquisitivo do contribuinte.

Em razão do exposto, considero de fundamental importância para o Paraná o pronunciamento favorável desta Assembléia Legislativa quanto ao mérito, exigindo da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) providências em caráter emergencial, quanto a essa metodologia adotada, liberando esses paranaenses dos pagamentos das ligações interurbanas, que deveriam ser consideradas apenas como pulsos.

REQUERIMENTO Nº 1433

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública solicitando a criação do destacamento da Polícia Militar no distrito de São Clemente, no município de Santa Helena.

Nos últimos meses vêm sendo registradas várias ocorrências como assaltos, assassinatos e fugas de presídios e cadeias. A situação de insegurança que se instalou

na região está deixando a população amedrontada e medidas urgentes precisam ser tomadas.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1393

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário respeitosamente REQUER, envio de pedido de informações ao secretário de Estado da Fazenda, Ingo Henrique Hübert, solicitando o que segue:

01 - Qual o montante dos recursos de ICMS represados em função do programa de incentivo à industrialização, encetado por este Governo?

02 - Relacionar as empresas com os respectivos valores, bem como, datas em que se darão os recolhimentos.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1434

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governo do Estado solicitando informações sobre a duplicação da BR-277, no perímetro urbano do município de Santa Terezinha do Itaipu.

Para nossa análise e conhecimento gostaríamos de saber a quem pertence a responsabilidade pela duplicação da BR-277, se ao governo federal, ao governo estadual ou à concessionária e quanto tempo levará para concluir a obra, assim como, qual o valor orçado para a referida.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1405

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o artigo A Primeira Rádio do Paraná Completa 78 Anos.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao professor Luiz Witiuk, bem como ao senhor diretor do Correio Paranaense, jornalista Renato Barroso.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O professor Luiz Witiuk, relembrou com muita propriedade toda a história da Rádio Clube Paranaense B2, que, no próximo dia 27 de junho completará 78 anos de fundação.

É indispensável dever, honrar aqueles que por seus méritos fazem jus à admiração e à gratidão de seus semelhantes. Quanto mais quando se trata de alguém que, por seus esforços, tudo fizeram pela comunidade paranaense.

Homens como aqueles fundadores da Rádio Clube Paranaense, são marcos fincados à beira da estrada da vida e que desafiam as intempéries. Honrá-los é, pois, um começo até de reconhecimento e imitá-los é nosso dever.

Orgulha-se, portanto, este parlamentar em poder constar nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o artigo do professor Luiz Witiuk, e legar aos pósteros esse exemplo para que sirva de modelo.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica transformado em aumento salarial a gratificação especial de R\$100,00 (cem reais), concedida pela Resolução nº 001/2002, de 1º de março de 2002.

Parágrafo Único - O aumento salarial de R\$100,00 (cem reais), constante no artigo 1º será concedido a todo o servidor público efetivo e comissionado, integrante do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, incluindo inativo e pensionista.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2003, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.
(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nesta data estamos apresentando plano de lei sobre o mesmo assunto para o funcionalismo público do Quadro Geral do Estado, incluindo comissionados, inativos e pensionistas.

Este projeto de resolução, transformará também, a partir de 1º de janeiro de 2003, de gratificação especial para vencimento efetivo a importância de R\$100,00 (cem reais), a todos os servidores do Poder Legislativo, conforme ressaltamos nos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal nº 101/2002 e o disposto no Decreto Estadual nº 3.471 de 30 de janeiro de 2001, em seu artigo 3º, inciso IV, conforme ficou bem esclarecido na justificativa do aludido plano de lei sobre o funcionalismo estadual.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica criada, com respaldo nos artigos 36, § 4º e 122, § 2º, III, do Regimento Interno, Comissão Par-

lamentar de Inquérito, composta por (11) membros, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por mais a metade do prazo, com o objetivo de apurar as movimentações financeiras do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.
(a) NEIVO BERALDIN

Apoioamento:

Ademir Bier, Augustinho Zucchi, José Maria Ferreira, Nereu Moura, Luciana Rafagnin, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, Algaci Tulio, Cezar Silvestri, Serafina Carrilho, Orlando Pessuti, Antonio Anibelli, Luiz Carlos Zuk, Renato Gaúcho, Eli Ghellere, Irineu Colombo, Marcos Isfer, Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

O autor apresentará na sequência.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 014/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Acrescenta inciso ao artigo 30, da resolução nº 159/90, de 20 de dezembro de 1990 - Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a seguinte redação:

“Art. 30 - As Comissões Permanentes são:

I - ...

XVIII - Comissão de Concessão de Honrarias.”

Art. 2º - Acrescenta parágrafo ao artigo 33, da Resolução 159/90, de 20 de dezembro de 1990 - Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a seguinte redação:

“Art. 33 - ...

§ 1º -

§ 18 - À Comissão de Concessão de Honrarias compete manifestar-se sobre proposição e assuntos relativos à concessão de títulos honoríficos e beneméritos, medalhas, diplomas e demais honrarias conferidas pelo Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.
(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tem concedido a pessoas de destaque do nosso Estado, título de cidadão honorário ou benemérito, cujos projetos de lei tramitam apenas pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis.

Objetivando uma análise conclusiva destas concessões, a exemplo de outras Comissões temáticas desta Casa de Leis, estamos criando a Comissão de Concessão de Honrarias que fará a devida análise do projeto de lei ou projeto de resolução e os votará, nos mesmos moldes das demais Comissões.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 368/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pecuarista da Região de Campina da Lagoa - Aprecal, com sede e foro na cidade de Campina da Lagoa-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pecuaristas da Região de Campina da Lagoa - Aprecal, fundada em 16 de outubro de 1985, com sede e foro na cidade de Campina da Lagoa, Estado do Paraná, é uma sociedade civil, de duração indeterminada, sem fins lucrativos, que congrega pecuaristas do Vale do Piquiri, podendo estender-se a outras localidades do Estado do Paraná, e tem por finalidade a realização das seguintes atividades:

a) congregar, representar e defender os interesses dos pecuaristas e pessoas direta ou indiretamente ligadas à atividade pecuária e demais ramos congêneres no terreno técnico, social e econômico;

b) fomentar e orientar o desenvolvimento da pecuária no Vale do Piquiri;

c) divulgar técnicas atualizadas de criação, com base em resultados de pesquisas e experimentações, colaborando para a solução de problemas técnicos-científicos da pecuária;

d) promover, anualmente, exposição de gado e produtos derivados da exploração da atividade pecuária;

e) convindo, a Associação poderá estender suas atividades a outros ramos da agropecuária.

PROJETO DE LEI Nº 369/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica transformado em aumento salarial a gratificação especial de R\$100,00 (cem reais), concedida pela Lei nº 13.515 de 26 de março de 2002, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.198 de 27 de março de 2002.

Parágrafo Único - O aumento salarial de R\$100,00 (cem reais) constante do artigo 1º será a todo o funcionário público efetivo e comissionado integrante do quadro geral do Estado, incluindo inativo e pensionista.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2003, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O objetivo deste nosso projeto de lei é transformar de gratificação especial para o vencimento efetivo a importância de R\$100,00 (cem reais), embora modesta, atingirá a partir de 1º de janeiro de 2003 a todos os servidores, efetivos, comissionados, da ativa, bem como os inativos e pensionistas. Com essa medida, aumentará a arrecadação da previdência, bem como será incorporada quando da passagem do funcionário para a inatividade.

Ressaltamos que a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal nº 101/2000 e o disposto no Decreto Estadual nº 3.471 de 30 janeiro de 2001, no seu artigo 3º, inciso IV, veda melhorias salariais, ou alterações funcionais de caráter isolado. Por esta razão, nossa proposição pretende atingir todos os funcionários do quadro efetivo, comissionados, bem como inativos e pensionistas.

A gratificação especial de R\$100,00 (cem reais), constante da Lei nº 13.515 de 26 de março de 2002, continuará em vigor até 31 de dezembro do corrente ano.

Encarecemos aos nobres colegas para que estudem com muito carinho este nosso projeto de lei com a justificativa ora apresentada.

PROJETO DE LEI Nº 370/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o crédito presumido de ICMS para empresas contribuintes desse imposto, com estabelecimento situado no Estado do Paraná, que realizem investimentos na área de propaganda e publicidade.

§ 1º - O crédito presumido de ICMS de que trata o *caput* deste artigo, deverá corresponder a 50% (cinquenta por cento) do valor investido, a partir da vigência da presente lei, em propaganda e publicidade, pela empresa anunciante e postulante ao mencionado crédito.

§ 2º - O crédito presumido definido no parágrafo anterior não poderá ser superior ao limite anual correspondente a 5% (cinco por cento) do faturamento da empresa anunciante.

§ 3º - O crédito presumido de ICMS, de que trata esta lei, somente poderá ser aproveitado a partir do período de apuração imediatamente posterior àquele em que houver sido efetuado o investimento em propaganda e publicidade, e será válido pelo período não superior a 12 (doze) meses.

Art. 2º - Para os fins de obtenção do direito ao crédito presumido de ICMS serão considerados investimentos em propaganda e publicidade os valores pagos, pela empresa anunciante e postulante do respectivo crédito, com:

I - mídia: aquisição de espaço publicitário em veículos de comunicação, tais como TV, rádio, jornal, revista, outdoor, luminosos, cinema, busdoor e similares;

II - produção: material necessário para veiculação e/ou distribuição dirigida de propaganda, bem como pesquisas de mercado e de mídia;

III - criação/finalização: anúncio em jornais, revistas, outdoors, painéis, folhetos, impressos, material promocional, papelaria, logotipia, fonograma - áudio/spot, jingle/trilha, VT, filmes, assinaturas/vinhetas eletrônicas, áudio-visual/documentário, programação visual.

§ 1º - Para fins de obtenção do direito ao crédito presumido do ICMS, os investimentos elencados neste artigo deverão ser realizados através de agências de publicidade e propaganda que possuam o "Certificado de Qualificação Técnica", a ser fornecido pelo Conselho Executivo das Normas Padrão - CENP, em razão de atender as normas-padrão da atividade publicitária, nos termos previstos no artigo 17, da Lei Federal nº 4.680, de 18 de junho de 1965.

§ 2º - Somente poderão gerar crédito presumido do ICMS os investimentos realizados através de agências de publicidade e propaganda com estabelecimento no Estado do Paraná.

§ 3º - Somente os investimentos em propaganda e publicidade aprovados pela Associação Brasileira de Agências de Publicidade (ABAP), através de seu capítulo no Estado do Paraná, poderão gerar crédito presumido de ICMS.

Art. 3º - Os valores relativos ao crédito presumido de ICMS utilizado pela empresa, no período de 12 (doze) meses, deverão ser comunicados à Secretaria de Estado da Fazenda, pelo contribuinte interessado, através de relatório, acompanhado da documentação e publicidade, dos atos constitutivos da empresa anunciante e da agência de publicidade e propaganda contratada, da prova de veiculação das obras publicitárias no Estado do Paraná, bem como do valor do faturamento anual da empresa anunciante.

Parágrafo Único - O contribuinte somente terá direito ao crédito presumido de ICMS se não estiver em débito com o Estado.

Art. 4º - Fica vedada a utilização do crédito presumido de ICMS decorrente de investimentos de que sejam beneficiários, diretos ou indiretos, a agência de publicidade e propaganda contratada, seus sócios ou titulares e suas coligadas ou controladas.

Art. 5º - Para utilização do crédito presumido de ICMS de que trata esta lei, é necessária a veiculação das obras publicitárias no Estado do Paraná.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de conceder crédito presumido de ICMS às empresas, com estabelecimento situado no Estado do Paraná, que intensifiquem os investimentos na área de publicidade e propaganda.

Tal crédito presumido corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor investido pelas empresas em propaganda e publicidade, limitado ao valor correspondente a 5% (cinco por cento) do faturamento anual da empresa anunciante.

É função do Estado a fiscalização, o incentivo e o planejamento da atividade econômica. Assim sendo, o Poder Público tem interesse no desenvolvimento sustentável de sua economia, com vistas a gerar o aumento da base tributária e o conseqüente incremento da arrecadação. As empresas comerciais e industriais investem, em média, 3% (três por cento) de seu faturamento em propaganda e pagam, em média, 10% (dez por cento) de seu faturamento, a título de ICMS, sendo oportuno esclarecer que o crescimento da atividade publicitária acarreta o aumento do consumo e que o aumento do nível de venda propicia uma maior arrecadação de ICMS, tudo em benefício da população do Estado do Paraná.

Sendo assim, com a presente proposição legislativa, busca-se promover o setor da indústria da propaganda, cuja importância é fundamental ao processo de financiamento da imprensa livre, da informação em geral, do entretenimento e da cultura da sociedade. Além disso, as grandes beneficiadas com o presente projeto de lei são as indústrias e as empresas comerciais do Estado do Paraná que poderão investir ainda mais recursos em publicidade e propaganda, gerando um valioso incremento de suas vendas e, assim, ampliando a base de arrecadação estadual.

PROJETO DE LEI Nº 371/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Gaviões Londrinense, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Gaviões Londrinense, foi fundado em 06/05/1988, com

objetivo de promover aos seus associados recreação social, cultural e esportivas.

Essa instituição presta serviços à comunidade local com oficinas para munícipes de todas as idades, sejam culturais (por meio de aulas de percussão) ou profissionalizantes, e a fabricação de roupas e fantasias.

O espetáculo do carnaval apresentando enredos temáticos é uma perpetuação da cultura e das tradições brasileiras.

PROJETO DE LEI Nº 372/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense - Provopar (Ação Social), com sede e foro no município de Guarapuava-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O Programa do Voluntariado Paranaense (Provopar) Ação Social, do município de Guarapuava, tem por finalidade promover a valorização da pessoa humana através do atendimento de crianças carentes, idosos e deficientes, preocupando-se em resgatar as condições de cidadania.

Dentre as suas atividades, tem como objetivo incentivar a comunidade no processo de desenvolvimento social, melhorar a condição de vida da população carente, realizar campanhas, eventos, promoções para angariar donativos em benefício de seus usuários atender pessoas comprovadamente necessitadas em diversas formas de auxílio, mediante um programa pré-elaborado, com definição de critérios de atendimento.

Por essas e outras razões que só enaltecem o papel da entidade denominada Programa do Voluntariado Paranaense, de Guarapuava, esperamos o apoio dos nobres deputados para a aprovação da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 373/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Maringaense de Apoio e Reintegração de Adolescentes - Amaras, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Maringaense de Apoio e

Reintegração de Adolescentes - Amaras, com sede e foro no município de Maringá. A entidade se destina à execução de programas de proteção e sócio-educativo destinado à criança e adolescentes, em regime de orientação e apoio sócio-familiar, apoio sócio-educativo em meio aberto, abrigo, liberdade assistida, semi-liberdade e internação, para cumprimentos de medidas de proteção e sócio-educativas aplicadas pelo Conselho Tutelar, a Vara da Infância e da Juventude e auxílio a órgãos públicos ligados à criança e aos adolescentes de Maringá, região, e de todo o território nacional, obedecendo a critérios estabelecidos pelas autoridades competentes nos três níveis de Estado.

Entidade sem fins lucrativos, fundada em 01 de novembro de 2000, realiza com sucesso, trabalhos inerentes às finalidades de sua criação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Daí as razões deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 374/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibido estipular idade máxima nos concursos públicos de âmbito estadual.

Parágrafo Único - Esta lei se estende para qualquer tipo de concursos públicos no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Hoje em dia são grandes os números de desempregados com mais de 40 anos, e aqueles que elaboram os concursos públicos parecem não estar ciente deste caso. Ao se estipular uma idade máxima para prestar um concurso público, o Estado está se omitindo diante deste fato e de certa forma estará contribuindo ainda mais para a exclusão social de trabalhadores eficazes, que “infelizmente” têm uma idade supostamente avançada.

Este projeto de lei tem por objetivo preservar os direitos dos cidadãos que a própria Constituição estipula. Um dos objetivos fundamentais para o povo brasileiro é claramente estipulado no inciso 4º do Artigo 3º da Constituição Federal: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação”.

Outro artigo na Carta Magna que podemos destacar é o artigo 5º que afirma: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...”.

Diante destes artigos podemos notar o direito de qualquer cidadão, independente da idade. O Estado quando discrimina, ou melhor, aceita certas restrições, está agindo de modo injusto e contra o seu propósito de criação.

O Paraná, como um Estado evoluído que é, deve mostrar a todo o Brasil a sua preocupação com os trabalhadores de todas as idades. O problema do desemprego em idades superiores é muito triste, mas nós não podemos cruzar os braços para isso; devemos impor todas as nossas forças para a resolução deste problema, e o primeiro passo é a aprovação deste projeto de lei.

A partir do momento em que o Estado permitir a qualquer cidadão com maioria civil prestar um concurso público, ele estará promovendo um progresso humanitário e social.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Daí as razões deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 375/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Pastoral da Criança, com sede e foro na cidade de Sarandi-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoio:

Luciana Rafagnin

JUSTIFICATIVA:

A Pastoral da Criança, situada à Praça Ipiranga s/n - Centro, com sede e foro no município de Sarandi-PR, fundada em 26 de outubro de 1997, uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, e tem por objetivo e princípios básicos, desenvolver ações básicas de saúde, nutrição e educação para diminuir a mortalidade infantil, assistir aos necessitados, promoção da família, gestante e criança, promover a autodeterminação do homem através de sua participação na organização e melhoria da sociedade.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende aos critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta matéria.

PROJETO DE LEI Nº 376/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Civil Nossa Senhora Aparecida, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoio:

Luciana Rafagnin.

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Civil Nossa Senhora Aparecida, situada a Avenida Morenitas, 2047, Vila Padre Monti - Porto Meira, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu-PR, fundada em 24 de abril de 1997, uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, e tem por objetivo e princípios básicos, defender a vida, valorizando-a em qualquer momento do seu desenvolvimento, sem distinção de qualquer espécie, promovendo a educação na área da saúde e educação.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende aos critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta matéria.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Nós verificamos, em solo pátrio, a preocupação com que o governo federal tem se portado quanto à Aliança das Américas no setor comercial, o Alca. Nós, que já pertencíamos ao Mercosul e fazíamos parte representando esta Casa junto com o deputado Orlando Pesuti, no início do Parlasul há muitos e vários anos atrás, já antevíamos o que realmente nós vivemos no dia de hoje.

É realmente uma catástrofe a indústria nacional que está sucateada. É um perigo para o comércio que aí está sem sustentação nenhuma, e principalmente, uma economia deteriorada não só pelo tempo, deputados que nos acompanham nesse raciocínio, deteriorada pela situação com que foram empurrados todos aqueles que trabalham nesta Nação, fossem de iniciativas particulares ou principalmente alguém de função pública. O poder aquisitivo do nosso povo a cada dia se perde, e a competitividade de alguns setores, principalmente no ramo de

madeira, que o ilustre 1º secretário desta Casa, deputado Valdir Rossoni conhece bem, identifica-se como um dos mais penalizados pela lei, não só do Paraná e nem tão somente do Brasil, mas principalmente por organismos internacionais que interferiram de perto junto a parlamentares em Brasília, e fizeram com que algumas leis fossem indesejáveis ao setor madeireiro do nosso Estado e da nossa Nação.

Imbituva, por exemplo, aonde nós temos os nossos amigos laminadores, homens que lidam de perto com derivados de madeira, lá estão eles sucateados e à beira da falência.

Outras serrarias do nosso Estado, principalmente em Ponta Grossa e na região dos Campos Gerais, se encontram em situação quase falimentar. São poucos aqueles que realmente conseguiram, através da tenacidade e principalmente da inteligência, fugindo de alguns setores que não foram contaminados com empréstimos feitos e que não poderiam ter sido cumpridos pelos juros exorbitantes do setor financeiro, veio a dar a nós uma amostra do que pode ser a Alca.

Estamos sem condições de competitividade no comércio internacional. Basta ver no setor de autopeças aonde os anéis de pistão, as bronzinas e os mancais fabricados no Chile, com carga tributária e fiscal bem diferenciada da nossa, aqui se apresenta em solo pátrio, com melhor preço, devido às suas circunstâncias de fabrico contra as nossas nacionais.

A indústria têxtil, penalizada por compromissos, fossem elas de emolumentos tributários, quanto de encargos financeiros com empregados, também não conseguem fazer um preço competitivo com as indústrias da China, do Japão e de outros países asiáticos, e abrindo a fronteira, nós teremos uma condição pela qual a falência é o caminho do setor têxtil do nosso país e principalmente de nós, do Sul, caso específico de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Em diversos setores a economia não se apegar à Alca. Temos que ter ainda um tempo de fôlego. Bem disse em outra ocasião o deputado Colombo aqui nesta tribuna, da dificuldade que se encontra a situação econômica, presidente Hermas Brandão e V. Exa. que também milita no setor agropecuário é testemunha das dificuldades que iremos encontrar quando abrindo as fronteiras à carne argentina, a outros países que conosco competem no Comércio Comum Europeu, fazendo com que nós não tenhamos realmente uma condição de igualdade de disputa.

Vendo isso senhor presidente, eu acredito que o governo federal foi prudente e aqui estamos, eu acredito, pela primeira vez, cumprimentando o governo federal entre as más medidas tomadas nos últimos tempos, por esta medida cautelar que tomou, de fazer com que seja ampliado o prazo da instalação da Alca na América do Sul e principalmente, tendo como parceiro o nosso Brasil.

Cumprimento S. Exa. o presidente da República nesse episódio que tenta resguardar aquilo que nós já

antevíamos há muitas dezenas de anos atrás, quando na igualdade de uma competição desleal de comércio, onde não existe um mecanismo pelo qual possa nossa indústria se recuperar em um espaço de tempo pequeno, ter ela a competição dos países de primeiro Mundo, onde o setor industrial, com melhor racionamento de custo naqueles produtos que serão apresentados ao nosso comércio da América do Sul.

Quero senhor presidente, finalizando, através desta Casa, cumprimentar o senhor ministro das Relações Exteriores, que fez com que o pensamento do presidente e da Nação brasileira fosse apresentado na região onde se discutia a Aliança as Américas, dizendo um “não” para que fosse instalada, agora em 2002, como desejavam o comércio da livre América, principalmente aqui no Mercosul.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados, venho à tribuna nesta segunda-feira, para trazer o grito de desespero da população trabalhadora na cidade mais antiga do Estado do Paraná, a cidade-mãe do nosso Estado, a cidade de Paranaguá.

Todos sabem que Paranaguá tem como mola propulsora o seu porto, mas que, lamentavelmente nos últimos anos, em que pese todos os recordes de exportação, já não está utilizando tanta mão-de-obra como utilizava anteriormente.

Por esta razão, nós que já estivemos em Paranaguá há 15 dias atrás, representando esta Assembléia, com o deputado Ângelo Vanhoni, com o deputado Marcos Isfer, ouvimos os reclames, ouvimos os apelos que eram feitos pelos vários sindicatos ali representados numa Assembléia, quando preparavam questionamentos para uma greve geral.

E, naquela ocasião, nós, como intermediários por esta Casa, sugerimos aos sindicatos para que criassem uma frente, para que criassem uma federação, para que os sindicatos parassem de ficar cada um brigando pelo seu pedaço, e, no entanto, todos não brigavam pela necessidade de todos.

E, por essa razão foi criada uma Frente Intersindical de Paranaguá, que vai criar uma federação, mais alguns dias, para que tal federação tenha uma força maior no momento das reivindicações. E hoje tivemos, no Porto de Paranaguá, na parte da manhã, uma paralisação. Paralisação para um chamamento de atenção à Superintendência do Porto, a todos aqueles que fazem a grande movimentação do Porto de Paranaguá, no sentido de que a qualquer momento, poderá ser deflagrada uma greve geral. E durante a paralisação de hoje, em função de que estão sendo impedidos os condutores autônomos de entrarem no pátio do Porto de Paranaguá, a Frente Intersindical de Paranaguá tirou a seguinte nota: (**Lê**):

“FRENTE INTERSINDICAL DE PARANAGUÁ
Paranaguá, 27 de maio de 2002.

À
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
At. Sr. Dr. Ozires Sthenghel Guimarães
MD. Superintendente dos Portos

Prezado Senhor:

O Bloco de Trabalhadores Portuários Avulsos e da Retaguarda do Porto que integram a InterSindical de Paranaguá, tendo em vista a redução da frente de trabalho de uns e exclusão de outros do mercado face a insensibilidade de alguns operadores portuários que não se preocupam com os problemas sociais, e se aquartelam nas regras da famigerada Lei 8630/93, abischoitando para si lucros com a desgraça das famílias envolvidas, e, diante desse quadro atemorizador que certamente vem trazendo consequências graves para a cidade no que diz respeito à saúde, segurança, trabalho e educação de seus filhos, outro caminho não resta, senão buscarmos uma solução imediata para o impasse, sob pena de convivência com essa brutalidade que se instala no seio das atividades portuárias de Paranaguá. É preciso que a Administração do Porto de Paranaguá, investida legalmente de autoridade portuária e via de consequência, operador portuário, e o Sindicato dos Operadores Portuários juntamente com os representantes desta InterSindical tratemos das questões que envolvem o labor e a respectiva frente de trabalho dos trabalhadores.

Para tanto, diante do indicativo tirado pelo bloco dos trabalhadores para buscar soluções para os seus reclamos, estamos apresentando a presente proposta que certamente evitará um rompimento nas relações capital e trabalho.

Ressaltamos que a situação atual que atravessam os TPA's e da retaguarda do porto é insustentável, fato esse que impõe uma definição imediata para o presente quadro.

Nem se diga que a lei impede a busca de meios para suprimir um eminente caos social, pois, as questões sociais estão acima da lei.

Nesse sentido, pronunciou-se o eminente ministro do Superior Tribunal do Trabalho, jurista Almir Pazzianoto: 'se as partes comporem um acordo, mesmo que a lei não ampare mas trata-se de questão social, a lei deve se curvar ao acordo'.

Desta forma, situamos as necessidades emergentes para recolocar na frente de trabalho TPA's que estão sendo excluídos do mercado, bem como, os da retaguarda que estão sofrendo a redução do referido mercado de trabalho em decorrência dos fatos que podem ser controlados.

Pauta de Reivindicação

1 - Trabalhadores de Bloco - Os Trabalhadores de Bloco estão sofrendo o ônus do desemprego em massa que pode ser evitado pela autoridade portuária. Os servi-

ços de limpeza, higiene e conservação de berços, avenida operacional, corredor de exportação, divisão de silos e outros serviços correlatos, ao longo de vinte anos vem sendo executados pelos trabalhadores de blocos mediante convênio com a APPA. Considerando que os trabalhadores estão registrados, cadastrados no OGMO e trabalhadores somente com BAP, o porto na qualidade de operador portuário nato pode requisitá-lo perante o OGMO mediante pagamento previsto em tabela inicial e futura convenção coletiva de trabalho.

Caso contrário, os operadores portuários deverão requisitar esses serviços, criando-se um fundo junto ao OGMO para pagamento dos serviços requisitados. Ressalte-se que a questão da requisição junto ao OGMO é em deferência do Ministério Público do Trabalho formulada nos autos do Procedimento Investigatório 564/98.

2 - Consertadores - Apesar da contemplação prevista no artigo 26, capítulo V, da Lei 8630/93, inserindo o consertador no trabalho portuário, estes vêm sendo excluídos da frente de trabalho pela maioria dos operadores portuários sob a alegação de inexistência de convenção coletiva.

Entretanto, não há que se questionar esse fato, quando os operadores portuários são os responsáveis pelos danos causados a essa categoria, não os requisitando e os colocando à mercê da própria sorte.

Ressalte-se por oportuno, que em outros portos brasileiros, tais como, porto de Santos, Itajaí, Vitória, etc., os consertadores são requisitados para os serviços em obediência à Lei nº 8630/93, sendo certo que, somente no Porto de Paranaguá, tal fato não ocorre, em total desrespeito à legislação vigente.

Assim, deve ser normatizada a requisição dos consertadores em todas as cargas passíveis de avaria de acordo com a determinação da Resolução Normativa 1372-CSPM, de 22 de julho de 1986, que dispõe: 'a dispensa de consertadores de carga e descarga, ocorrerá somente quando se tratar de mercadoria solta, livre de presilhas ou vazia'.

Neste caso, dispõe a citada resolução que não se enquadram as mercadorias atadas, cintadas e amarradas que caracterizam cargas divisíveis, independente de peso.

Para compor essa necessidade, o operador portuário deverá requisitar o consertador, para o que propomos uma equipe mínima de um consertador chefe e consertador de carga e descarga por terno de estiva.

3 - Conferentes - Embora esta categoria esteja em negociação de trabalho com um ou outro operador portuário, se ressentido da falta de requisição para algumas faixas, o que traduz prejuízos econômicos para suas respectivas famílias. Ademais, a permanência de pessoas estranhas a bordo dos navios, contraria as normas legais previstas pela Lei 8630/93 em consonância com os regulamentos do Ministério do Trabalho.

Neste caso, a saída e entrada de mercadorias a bordo dos navios devem ser acompanhadas e conferidas pelo conferente que aduz a lei.

4 - Arrumadores - A categoria dos arrumadores possui em seu quadro social cerca de mil trabalhadores, todos devidamente registrados e cadastrados no OGMO. Entretanto, com o advento da Lei 8630/93, esses trabalhadores, como os demais TPA's, além das perdas salariais e perdas de frente de trabalho sofridas, ficarão à mercê do operador portuário que tem a faculdade de requisitá-los como avulsos ou mediante vínculo empregatício.

É sabido que o vínculo empregatício de um, elimina do mercado de trabalho dezenas de trabalhadores e assim sucessivamente. Não se pode buscar uma política social e evitar o desemprego, beneficiando uns poucos em detrimento de centenas de trabalhadores, e a visão da relação do capital trabalho deve estar em consonância com a questão social. Neste caso, em se tratando de uma faculdade prevista em lei e não obrigatória, o operador portuário deverá manter as requisições dos trabalhadores portuários avulsos (arrumadores) junto ao OGMO, independentemente se a convenção coletiva de trabalho ou acordo coletivo prevê a contratação com vínculo empregatício. Outro fato que deve se constituir em pauta futura mas já sinalizando para um problema social, é a privatização do corredor de exportação que se não houver uma política social definida para essa privatização, fatalmente alijará centenas de TPA's do mercado de trabalho, promovendo a fome e o desemprego em nossa cidade que já é carente de frente de trabalho para abrigar a mão-de-obra de seus filhos.

5 - Estivadores - Trata-se de uma categoria centenária que traduz uma história de luta, contribuindo ativamente com o conjunto de desenvolvimento portuário, possuindo em seu quadro social cerca de mil e setecentos trabalhadores, todos registrados e cadastrados no OGMO, os quais vêm sofrendo o ônus da pressão, contratação com vínculo empregatício facultado pela Lei 8630/93, que abrigará uns poucos no quadro funcional dos operadores portuários em detrimento de muitos, contribuindo assim para o caos social.

6 - Movimentação de Mercadorias (Ensacador Retaguarda) - Os trabalhadores na movimentação de mercadorias, pertencentes a retaguarda do porto de Paranaguá, vêm sofrendo com a redução de seu mercado de trabalho, tomado por empreiteiras contratadas pelos operadores portuários. É sabido que essas empreiteiras lesam o trabalho, e o Estado, pois têm o condão de enriquecimento rápido, sem muitas vezes recolherem seus tributos e encargos sociais. Esse fato tem ocorrido de forma avassaladora, submetendo o trabalho de movimentação de mercadorias a um estado de penúria com requinte de crueldade. Não bastasse isso, é público que um dos fatores que levam o trabalhador a reclamar seus direitos perante a Justiça do Trabalho, é a sonegação dos direitos trabalhistas, que na falta de anotação da CTPS, quer nos pagamentos das horas extras, repouso semanal remunerado, adicional noturno, FGTS, contribuição previdenciária, seguro desemprego, vale-transporte, enfim, todo direito

trabalhista constituído em lei que na sua falta, se traduz em crime contra a organização do trabalho.

As autoridades investidas de poder público, devem buscar mecanismos para evitar essa exploração continuada. Para tanto, é nosso dever buscar proteção para essa classe legalizada onde propomos que o operador portuário da retaguarda requisite os trabalhadores na movimentação de mercadorias com negociações afins.

7 - Condutores Autônomos - A categoria de condutores autônomos, tem uma história de vida nos transportes de bens para o porto e retaguarda e de préstimo social na cidade de Paranaguá, que não deve ser desprezada pelas nossas autoridades portuárias e demais segmentos que compõem a atividade portuária, comércio e poder público. Ao longo de quarenta e cinco anos de existência, essa laboriosa categoria vem desenvolvendo o transporte de mercadorias para o porto e retaguarda com qualidade, honestidade, segurança, mediante requisição dos tomadores de serviço, haja vista que com merecimento, foi condecorado pela autoridade portuária da época pelo excelente serviço prestado no primeiro embarque de café.

Com o intuito de conquistar melhores condições para os serviços de transportes e na igualdade democrática de distribuição de renda, apegam-se ao sistema TPA's de rodízios entre seus associados, os quais são fiscalizados em todo período do dia para uma logística operacional e de qualidade em sua ferramenta de trabalho.

Antes do advento da Lei 8630/93 os condutores autônomos filiados ao Sindicato, exercem suas atividades de transporte para o porto de Paranaguá mediante convênio entre o Sindicato dos Condutores Autônomos e a Administração dos portos de Paranaguá, mas com a instituição da Lei 8630/93, os portos brasileiros, dentre eles Paranaguá, iniciaram abruptamente a privatização de suas instalações sem se preocuparem com os problemas sociais que causariam, visando somente o resultado financeiro, de forma egoísta e anti-social.

A privatização do Terminal de Containers e Automóveis privilegia um grupo essencialmente capitalista que desgraçadamente vem substituindo mão-de-obra pela automatização, em flagrante prejuízo para os trabalhadores portuários avulsos e da retaguarda, haja vista que os condutores autônomos que prestam serviços ao terminal privativo concessionário do porto de Paranaguá, estão sendo aliçados desse mercado por imposição dos dirigentes do terminal (TCP) que não têm compromisso com a cidade.

Essa redução da frente de trabalho dos TPA's e da retaguarda (condutores autônomos), vem trazendo resultados negativos para a cidade e principalmente para o comércio varejista qual divulgou uma perda de vinte por cento nas vendas mas com tendência de aumento desse índice. Para o momento deverá haver um consenso das autoridades ligadas ao setor econômico público e privado.

Assim, considerando que o contrato da concessão do Terminal de Containers Paranaguá, prevê que a refe-

rida concessionária exercerá suas atividades operacionais no terminal concessionado, utilizando os berços de atracação de navios quinze e dezesseis; considerando que a livre concorrência deve ser exercitada na sua plenitude; considerando que a APPA investida de poder concedente, deve disciplinar e exigir da concessionária o cumprimento do contrato de concessão, propomos o seguinte:

a) seja destinado um berço de atracação para os operadores portuários que queiram fazer uso, com redução de tarifas e aumento de prazo para armazenagem, fato esse que estimulará a concorrência e fará que os terminais da retaguarda não se obriguem ao uso do terminal da concessionária TCP, estimulando com isso a busca de novos mercados.

b) Que a concessionária do porto TCP, se limite a executar suas atividades dentro do seu terminal e se vier a utilizar o berço público, que requisiute os TPA's junto ao OGMO, e os serviços de transportes de containers junto ao Sindicato dos Condutores Autônomos de Paranaguá, que providenciará a operação.

c) Que seja estimulado o porto público para o transporte de granéis, tais como: fertilizantes, sal e derivados, permitindo que os usuários possam investir em suas operações criando logísticas modernas mediante concorrência com o terminal privado da Fospar - Cargil.

Em razão desses fatos, a Frente InterSindical de Paranaguá, vem apelar a V. Sa. e ao Sindicato dos Operadores Portuários, para que, em conjunto, possamos amenizar um conflito que se estabelecesse em todos os segmentos da cidade de Paranaguá, cujos prejuízos estão claramente estampados nos meios de comunicação do município e do Estado.

Atenciosamente,

(aa) INTERSINDICAL DE PARANAGUÁ, SINDICATO DOS CONFERENTES, SINDICATO DA MOV. DE MERCADORIAS, SINDICATO DOS MARÍTIMOS, SINDICATO DOS CONsertadores, SINDICATO DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE PARANAGUÁ, SINDICATO DOS ESTIVADORES DE PARANAGUÁ, SINDICATO DOS TRABALHADORES BLOCO, SINDICATO DOS VIGIAS PORTUÁRIOS, SINDICATO DOS ARRUMADORES, SINDICATO DOS PORTUÁRIOS.

C/C Sindop - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná, OGMO - Órgão Gestor de Mão-de-Obra do Estado do Paraná, CAP - Conselho de Autoridade Portuária, DRT - Delegacia Regional do Trabalho, Aciap - Associação Comercial, Industrial e Agrícola do Paraná, Prefeito Municipal de Paranaguá e Câmara Municipal de Paranaguá. “

Esta é a íntegra, senhores parlamentares, da nota que foi protocolada hoje, das reivindicações que foram protocoladas junto à Superintendência do Porto de Paranaguá.

Volto a alertar os senhores parlamentares que a cidade de Paranaguá, em razão do processo de terceirização, em razão do processo de privatização em boa parte do Porto de Paranaguá está desempregando, está criando o caos social na cidade.

E a prova disso é que um levantamento feito no comércio nesses últimos anos, constatou uma perda, uma redução nos últimos anos da movimentação do comércio.

Significa dizer que portuário sem trabalho, também não tem rendimento; o comércio da cidade, também, evidentemente.

E nem os tributos que o município precisa e o Estado também.

(Passa a usar o Horário da Liderança do PSDB).

Há quinze dias atrás lá estivemos representando esta Casa, e pudemos constatar a situação grave em que se encontram os vários sindicatos ligados ao Porto de Paranaguá.

Por isso, é preciso que haja uma consciência, sensibilidade na autoridade portuária, no sentido da utilização e da valorização da mão-de-obra do cidadão de Paranaguá.

Concedo um aparte do deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer

Agradeço o aparte.

Referendando suas palavras, gostaria de dizer que se o índice de desemprego no Paraná passa dos 11%, conforme noticiado pelo IBGE, em Paranaguá esse índice é muito superior, tendo em vista a situação do Porto, a situação por que passam os sindicatos. Inclusive com promessas, a vinda de um PDV, que seria praticado em alguns casos, e até hoje os recursos terem sido atribuídos, e o que é pior, ficando num total abandono.

O nosso Porto de Paranaguá passa por uma situação muito difícil com relação aos trabalhadores parnanguaras.

É importante que esta Assembléia se manifeste e esteja participando dos problemas que ali ocorrem.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TULIO

Lembrando a todos que hoje pela manhã foi apenas um protesto, onde não se permitiu a entrada de nenhum veículo, de nenhum trabalhador, portanto, paralisando o embarque e desembarque de navios. O não atendimento de uma boa parte dessas reivindicações levará os sindicatos na criação de uma federação e, conseqüentemente a qualquer momento, um protesto maior na cidade.

Concedo um aparte ao deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Algaci Tulio, já tivemos a oportunidade de conversar com V. Exa., o deputado Marcos Isfer, o

deputado Ângelo Vanhoni que estiveram há 15 dias atrás representando a Assembléia Legislativa numa reunião com trabalhadores do Porto de Paranaguá.

Posteriormente à ida de V. Exas. a Paranaguá, na segunda-feira tivemos, em nosso gabinete, a visita de trabalhadores de Paranaguá, em especial o Valter Fanini que é sobrinho nosso e presidente de um dos sindicatos que atua no Porto de Paranaguá, relatando toda a problemática que está envolvendo o Porto de Paranaguá nos últimos tempos, onde claramente se privilegia o capital, em detrimento do trabalho, da mão-de-obra daqueles que tradicionalmente fizeram do nosso porto um dos mais importantes do Brasil e no mundo. Relatam que hoje não só eles estão perdendo em termos de remuneração, mas a cidade de Paranaguá, o comércio, toda uma situação histórica daquela cidade está sendo prejudicada, porque os recursos consumidos e geridos na cidade de Paranaguá não mais estão sendo recebidos e gastos naquela cidade. Alertaram também para a perda de algumas estruturas que Paranaguá vem tendo para outros portos como o de São Francisco e o de Itajaí, onde armadores tradicionais do Porto de Paranaguá estão sendo obrigados a sair de Paranaguá pela não mais condição de trabalhar naquele porto, em função do surgimento de outras pessoas que assumiram tarefas no Porto de Paranaguá.

Eu me somo a V. Exa. Li hoje a reportagem da Gazeta do Povo. Vi a manifestação do nosso colega Lourenço Fregonesi, hoje diretor do Porto. Confesso que fiquei muito preocupado com as afirmações que fez o Lourenço e os trabalhadores.

Espero que possamos, através de uma coordenação de V. Exa., os deputados Marcos Isfer e Ângelo Vanhoni que lá já estiveram, que possamos construir uma situação que possa minorar o drama dos trabalhadores no Porto de Paranaguá.

Me somo a V. Exa. Me coloco à inteira disposição, e gostaria, realmente, de até sugerir, se fosse o caso, que na Sessão de amanhã pudéssemos ter aqui a presença do Lourenço Fregonesi ou do Osíris Stenguel Guimarães e a presença de um representante dessa intersindical que está congregando todos os sindicatos, para que no Horário do Pequeno ou do Grande Expediente pudéssemos ouvir e debater com eles, soluções para esse problema sério que vive hoje, o Porto de Paranaguá.

Me somo a V. Exa. e aos demais parlamentares, mas entendo que deveríamos, amanhã, no máximo depois de amanhã, na quarta-feira, termos um debate, aqui, na Assembléia, com o Lourenço Fregonesi e os representantes do Sindicato de Trabalhadores do Porto de Paranaguá.

Era isso, muito obrigado!

O SR. ALGACI TULIO

Muito obrigado, deputado Orlando Pessuti!

Pela manhã fiz contato com o Aristani, que é um dos sindicalistas, propondo, inclusive, a subida de uma Comissão dessa intersindical, para que venham a esta Assembléia expor aos parlamentares, porque, via de

regra, assim se comenta lá embaixo: “Do litoral não tem representante”. Nós queremos dizer que o litoral tem cinquenta e quatro representante aqui na Assembléia e todos brigam por Paranaguá e pelo litoral do Estado do Paraná, porque todos têm suas ligações com o nosso litoral e um carinho muito grande com a cidade de Paranaguá que é a cidade-mãe do nosso Estado por onde iniciou toda uma colonização neste Paraná e que, lamentavelmente, não tem recebido, com toda sinceridade, a devida atenção que deveria merecer do Estado do Paraná.

O Sr. Irineu Colombo

Concede um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Algaci Tulio, senhora e senhores deputados.

Gostaria de me somar a esse pleito, a essa vontade da Casa, a essa Comissão formada por V. Exa., Marcos Isfer e Vanhoni; porque fui procurado (assim como o relator deputado Orlando Pessuti) por representantes dos trabalhadores portuários e estive num bate-papo em Antonina e Paranaguá. Como sou um homem de bastante terra firme, estou aprendendo a entender a lógica política disso tudo, mas pude constatar, deputado Algaci Tulio e Pessuti, o mesmo procedimento no terminal de contêineres: jogaram os interesses particulares sobrepondo aos interesses da modernização do Porto e da cidade, como aconteceu com a privatização do Parque Nacional do Iguaçu; onde quem arrecada o dinheiro são os mesmos sócios de algumas empresas que cobram pedágio no Paraná; é o mesmo *modus operandis* que o Estado está privatizando uma ou duas empresas e deixando de lado a atenção aos trabalhadores e a modernização do Porto.

Deputado Algaci Tulio, hoje pela manhã, coincidentemente, havia entrado em contato com a assessoria da deputada Telma, que é deputada federal de Santos, para me inteirar das políticas nacionais com relação ao setor portuário, e descobri que tem dinheiro do FAT, por exemplo, que é um dinheiro destinado à qualificação de trabalhadores portuários.

Estou preparando um requerimento, gostaria de colocar à apreciação de V. Exa. para possível apoio, para ver se a administração do Porto também tem recursos do FAT, apresentou Projeto, correu atrás desse recurso para qualificação de mão-de-obra; para que ele possam participar mais efetivamente da qualificação do nosso Porto.

Também tem dinheiro da marinha, um fundo administrado pela marinha para investir nos trabalhadores portuários que estão no mar ou nas proximidades do mar, que é dinheiro específico. Também vou solicitar informações nesse nível.

Alguns portos, como o de Itajaí, é municipal; o nosso, é estadual; de Santos é federal; mas, todos os Portos - estão num processo de discussão que tanto o governo federal quanto estadual não querem, que é de fazer portos com interesse regionalizado; que entre o interesse do município, do Estado e do governo federal;

uma administração tripartite; uma administração estratégica e quem sabe nós poderemos buscar uma assessoria para, num momento oportuno, fazer uma explanação dessa experiência que estão tentando fazer, como acontece em muitos portos em muitos lugares do mundo, não como aqui aconteceu. Fizemos a lei de modernização dos Portos, mas fatiamos aos interesses de alguns e hoje tenho a informação não sei se o deputado confirma, que o enxugamento mensal dos recursos públicos dentro de Paranaguá é na ordem de sete milhões.

O enxugamento por conta dessa tal de modernização dos portos, sem contar a situação de Antonina, que teve uma melhorada, mas o acesso está sendo rediscutido e a comunidade quer também um novo acesso para o Porto de Antonina.

À situação portuária, portanto, deputado Algaci Tulio, quero me somar a V. Exa., haja vista que me comprometi com aqueles que me procuraram, meus amigos particulares, pessoas ligadas ao PT, para que possamos entender as problemáticas e ajudar no que for possível.

Obrigado pelo aparte!

O SR. ALGACI TULIO

Muito obrigado, deputado Irineu Colombo!

Traz dados importantes, uma denúncia gravíssima também, em relação àqueles que operam o terminal portuário em Paranaguá, terminal de containeres.

Realmente, essa informação corre solta em Paranaguá, e é preciso que se constate exatamente isso.

Agora, é importante destacar, senhores parlamentares, para concluir, senhor presidente: um grande investimento foi feito em Antonina com a “Ponta do Félix”. O empreendedor, quando fez o investimento, recebeu a certeza de que haveria acesso bom para o “Ponta do Félix” e no entanto fica agora essa demanda da estrada. Por esse trecho pode, não pode, pode pelo outro. Sete projetos de rodovias já foram apresentados, ainda ontem, domingo, houve mais uma audiência pública em Antonina e não chegam a um denominador comum.

Quer dizer: o sistema portuário no Paraná, lamentavelmente, em que pese ter tido um avanço em relação ao Porto de Paranaguá, uma melhoria no acesso para se fazer mais rapidamente, a exportação, ainda deixa muito a desejar.

E o pior problema, sem dúvida alguma, é o caos social que está apresentando na cidade de Paranaguá, representada pela falta de mão-de-obra local. Empresas que estão vindo de outros Estados, por grupos. Há um grupo, me parece, italiano, um espanhol, português, a exemplo do que acontece aqui na Renault, onde foi descartada a Transportadora Gabardo.

Também em detrimento a motoristas paranaenses, a cegonheiros paranaenses daqui e utilizam grupos de fora, têm amplo domínio da situação, e utilizam mão-de-obra que melhor lhe convier.

Isso é lamentável, é uma questão de sobrevivência da cidade de Paranaguá, é uma questão de respeito com aqueles que fizeram a história desse Estado.

A “cidade-mãe” do Paraná, que passa dificuldades por essa questão social, a falta de mão-de-obra dos sindicatos portuários, estabelecidas nesse protesto verificado hoje pela manhã.

E a promessa de que se as autoridades portuárias, se o Governo do Paraná, não tomar uma atitude, não encontrar soluções para isso, certamente, num período agora de safra da soja, num período de grande exportação, evidentemente, poderemos ter um caos em Paranaguá. E ver que esse produto a sair por Paranaguá para esse mundo afora, vai acabar saindo por Itajaí, por Santos e por outros portos.

Por isso, é necessário que o governo do Estado, que esta Casa, e nós vamos fazer contato ainda agora para oficializar, até o final da Sessão, a vinda amanhã ou 4ª feira, desses sindicalistas até a Assembléia, para mostrar ao povo do litoral do Paraná, que aqui na Assembléia não há um deputado que trabalhe pelo litoral, e sim cinquenta e quatro!

Todos se preocupam com o nosso litoral, todos querem ver o Porto de Paranaguá fazendo um grande movimento, mas aproveitando a mão-de-obra local.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Não há ninguém desejando fazer uso do Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passo a Presidência ao nosso presidente, deputado Hermas Brandão.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só para que fique já pré-agendada a vinda do secretário Ingo para a prestação de contas quadrimestral, seria para o próximo dia 29, quarta-feira, e o horário seria no horário da Sessão Plenária?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós usaríamos o Pequeno Expediente, o Grande Expediente e o Horário das Lideranças para que pudéssemos ouvir o secretário e ele colocasse todas as informações que os senhores parlamentares exigirem.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, eu só pediria também o seguinte: foi entregue à Presidência ou à Mesa Executiva

desta Casa esse avulso que tem a prestação de contas. A informação que a Comissão de Orçamento me passa, é de que foi entregue aqui no plenário, mas não nos gabinetes e eu pediria a V. Exa., se possível, que um funcionário, representando a Mesa Executiva, entregasse em todos os gabinetes dos deputados, para que nenhum deputado alegasse que não recebeu o avulso com a prestação de contas quadrimestral.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós determinamos que fosse entregue aqui no plenário e, aos senhores parlamentares que não estivessem aqui, que fosse entregue no gabinete. Eu pedi, inclusive, para anotar o nome de todos os senhores parlamentares que estão recebendo o avulso.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do deputado Neivo Beraldin, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Irineu Colombo, com apoio da deputada Luciana Rafagnin constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1413, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões

Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1435, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 324/2002, item 22 da Ordem do Dia. **Retirado pelo autor.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Senhor presidente, pelo menos uns cinco ou seis parlamentares vieram conversar conosco acerca deste projeto. Confesso a V. Exa. que algumas indagações que nos foram feitas, eu, pessoalmente, não tenho condições de responder.

Então, eu gostaria, e tenho certeza que a maioria daqueles que aqui estão, que o líder do Governo pudesse nos dar mais explicações acerca dessa dívida, porque inclusive hoje na Ordem do Dia, por estar sendo republicada, não consta o projeto, a publicação em avulso da mensagem do governador e do projeto, o que está dificultando um pouco mais o entendimento desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Parece que houve um entendimento, nobre deputado Orlando Pessuti, do líder da Oposição, deputado Nereu Moura, com o líder da Situação, de se apresentar, quando estiver em 2ª votação e será colocada hoje ainda uma Emenda que já está aqui junto, inclusive, que foi substituída por todos os senhores parlamentares, praticamente, do grupo oposicionista, inclusive, V. Exa.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Sim, nós temos Emendas para 2ª discussão. Mas se pudesse haver uma explicação um pouco maior, porque tem pessoas que têm dúvidas a respeito.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto o líder do Governo se fará...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o líder do Governo, deputado Durval Amaral, nos encaminhou uma proposta de Emenda Aditiva àquela que está protocolada e encontra-se dentro do processo legislativo, e ele disse que estaria aqui para poder justificar e até porque estaria costurando com o governador e com a Secretaria da Fazenda. Acaba de chegar o líder do Governo que poderá dar as explicações que estávamos fazendo.

Então, apresenta, inclusive uma emenda que acabo de receber, deputado Orlando Pessuti, em que diz que será ofertado no lugar, é uma Emenda Aditiva, pelo valor de face ao Banco Itaú para o correspondente resgate das ações da Copel. E aqui eu gostaria, mesmo de público, deixar ciente ao deputado Durval de que o fato de estar ofertado não vincula ao pagamento das ações, porque ao

Estado do Paraná ofertar ao Banco Itaú, o Banco Itaú pode aceitar ou não. Agora, o Estado se não aceitar, continua livre para assim dispor das ações. O que precisa e o que a Oposição pretende colocar dentro desse projeto de lei é que amarrem os recursos ao pagamento da dívida e que ele não possa ficar livre.

Essa é a questão que faço e que o Deputado Durval Amaral, agora, de corpo presente, pode encaminhar essas tratativas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas, eu teria necessidade, deputado José Maria Ferreira, antes de o deputado Durval Amaral fazer as suas colocações e mesmo de outros parlamentares, nós temos que votar o requerimento para ver se entra na discussão ou não.

A solicitação é pedindo preferência de votação ao item 22.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Eu sugeriria ao deputado Durval Amaral que retirasse o requerimento, para que nós tivéssemos tempo de discutir, para que não embaralhasse.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está retirado pelo autor.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 371/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a permutar área de terras com respectivas moradias com a prefeitura municipal de Sarandi e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. EMENDA CONTRÁRIA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Rejeitada a emenda.**

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que altera a redação da Lei nº 11.182, de 23 de outubro de 1995. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda da CCJ Aprovada.**

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 020/2001, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que acrescenta artigo à Lei nº 12.970, de 25 de outubro de 2000. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 222/2002, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 391/2002, que concede gratificação especial por assiduidade aos servidores efetivos do Quadro do Ministério Público do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/2002, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública, a APM do Colégio Estadual Dom Bosco, do município de Mariluz, com sede e foro no mesmo município. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 568/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que estabelece, para as concessionárias de abastecimento de água, a obrigatoriedade de instalação de dispositivo que elimine o ar na medição do consumo de água, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de nº 01, de autoria do deputado Hermas Brandão, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 568/2001

Art. 1º - Fica a empresa concessionária do serviço de abastecimento de água, no Estado do Paraná autorizada a instalar, por solicitação do consumidor, equipamento eliminador de ar na tubulação que antecede o hidrômetro do seu imóvel.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes da aquisição do equipamento e sua instalação correrão às expensas do consumidor.

Art. 2º - O teor desta lei será divulgada ao consumidor por meio de informação impressa na conta mensal

de água, emitida pela empresa concessionária, nos três meses subseqüentes à publicação da mesma.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Nereu Moura, Ricardo Maia, Marcos Isfer, Algaci Tulio e Nelson Tureck.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 006/2002, de autoria do deputado Ademar Luiz Traiano, que estadualiza a estrada municipal que liga Bom Sucesso do Sul a PR 566. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 081/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel, situado no município de Andirá ao Clube Anos Dourados. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. COM EMENDA DA CF. **Aprovada a Emenda da CF.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 167/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/2002, que objetiva prorrogar por quatro anos, o prazo da cessão, em caráter de utilização gratuita. ao município de Curitiba, do imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, com área de 1.200,00 m2, situada no Bairro Campina do Siqueira, nesta Capital. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/2002, de autoria do deputado Eli Ghellere, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Comunidade do Rio Barreiro, do município de Quatro Centenário, com sede no município de Quatro Centenário e foro no município de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/2002, de autoria do deputado Ademar Traiano e outros, que incentiva o recolhimento de impostos estaduais em atraso e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 03: a de nº 01, de autoria do deputado Divanir Braz Palma; a de nº 02, de autoria do deputado Luiz Carlos

Zuk; a de nº 03, de autoria do deputado Hermas Brandão, todas devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 216/2002

Ficam alterados o *caput* e os parágrafos 1º e 3º do artigo 1º, acresce alínea “f” ao inciso II do art. 1º e altera o art. 4º, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Os créditos tributários relativos ao ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - vencidos até 28 de fevereiro de 2002, ajuizados ou não, poderão ser pagos em parcela única ou em até 120 (cento e vinte) vezes, desde que o pagamento do imposto, monetariamente atualizado, seja efetuado integralmente até 30 de setembro de 2002, ou o requerimento para parcelamento seja protocolizado até esta data, concedendo-se a dispensa total de multa e seus acréscimos, e a dispensa dos juros nas seguintes proporções:

II - ...

f) de 101 (cento e um) a 120 (cento e vinte) parcelas, sem dispensa de juros.

§ 1º - O valor das parcelas não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) do faturamento médio mensal do estabelecimento do sujeito passivo, no exercício de 2001, nem a R\$200,00 (duzentos reais), devendo a primeira parcela ser paga até 30 de outubro de 2002 e as demais até o último dia dos meses subseqüentes.

§ 3º - Estando o crédito tributário ajuizado para cobrança executiva, deverá o pedido de parcelamento ser instruído com recibo do pagamento das custas judiciais e, também, dos honorários advocatícios que não poderão ultrapassar a 5% (cinco por cento) do crédito.

Art. 4º - Esta lei aplica-se, no que couber ao IPVA - Imposto sobre Veículos Automotores, multas e estadias - e ao ITCMD - Imposto sobre Transmissão “*Causa Mortis*” e Doação - vencidos até 31 de dezembro de 2001, desde que pagos em 06 (seis) parcelas.”

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

Apoiamento:

Luiz Accorsi, Geraldo Cartário, Fernando Guimarães, Luiz Carlos Alborghetti e 1 ilegível.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Acrescente-se parágrafo único ao Art. 4º da Lei nº 216/2002.

Art. 4º -

Parágrafo Único - As multas de trânsito emitidas até 31 de dezembro de 2001 serão pagas em até 12

(doze) parcelas, nunca inferiores a R\$50,00 (cinquenta reais).

Sala das Sessões, em 27.05.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoiamento:

Orlando Pessuti, Cezar Silvestri, Renato Gaúcho, Moysés Leônidas e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa ampliar a possibilidade de o contribuinte pagar seus débitos inclusive aqueles referentes às multas de trânsito.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Art. 1º -.....

“§ 3º - Estando o crédito tributário ajuizado para cobrança executiva, deverá o pedido de parcelamento ser instruído com recibo do pagamento das custas judiciais, excluindo-se os honorários advocatícios de qualquer natureza”.

Art. 5º - Em se tratando de sociedades cooperativas enquadradas no Recoop - Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária, regulado pela MP 2168-40 de 24.08.2001, o número de parcelas previsto no artigo 1º, será elevado em 20% (vinte por cento), dispensada a multa, correção monetária e juros, bem como nas execuções fiscais, excluída a cobrança de honorários advocatícios”

Art. 6º - O disposto nesta lei aplica-se inclusive aos créditos tributários objeto de anterior parcelamento.

Sala das Sessões, em 27.05.2002

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Valdir Rossoni, Nelson Tureck, Luiz Carlos Zuk, Divanir Braz Palma.

JUSTIFICATIVA:

Esta emenda justifica-se com base no Convênio nº 24, do Confaz - Conselho Nacional de Política Fazendária, do dia 15 de março de 2002, quando autorizado para diversos Estados, entre os quais o Paraná, o parcelamento em até 120 meses dos créditos tributários de ICMS, constituídos ou não, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2001, relativamente às operações realizadas pelas cooperativas passíveis de utilização do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária- Recoop.

A importância das sociedades cooperativas é inegável para o crescimento econômico do Paraná e sua população, tanto que as cooperativas representam cerca de cinquenta por cento da economia agrícola do Estado do Paraná, participam de forma intensa em todo o processo de produção, beneficiamento, armazenamento e industrialização agropecuário, fazendo com que o associado seja um agente ativo na participação do mercado

interno e externo, como também nas ações sociais de comunidade e recolhimento de tributos.

As cooperativas são, em muitos municípios do Paraná, a mais importante empresa econômica, maior empregadora e geradora de receitas, atuando em perfeita sintonia com a coletividade, atendendo mais de um milhão de paranaenses de forma direta, através de seus cooperados, familiares e colaboradores.

Além de possibilitar a regularização de débitos de ICMS Junto ao fisco, conforme justificativa do próprio Projeto de Lei nº 216/2002.

O artigo 6º na redação constante do projeto original alcança apenas casos de parcelamento cujo pagamento esteja atrasado, há mais de 6 meses ou já tenha sido rescindido por falta de pagamento. É claro que a empresa que procurou manter em dia os pagamentos de seu parcelamento de débitos não pode vir a ser penalizada, vendo-se obrigada a pagar multas e juros enquanto que as empresas que deixaram de pagar seus parcelamentos estarão dispensadas dessas obrigações.

Busca-se com o teor dessa emenda alcançar com a dispensa da multa e dos juros a todos os casos de parcelamento de créditos tributários que ainda estejam em andamento e não só àqueles atrasados ou rescindido.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 226/2002, de autoria do deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo ceder imóvel situado no município de Guaratuba à Colônia de Pescadores Z-7. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 243/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o “Centro de Educação Infantil Débora Dias”, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 245/2002, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/2002, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Ensino e Reintegração-Crer, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **COM SUBS-**

TITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/2001, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação da Comunidade dos Sagrados Corações do Jardim Boa Esperança, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 449/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que dispõe sobre as relações entre as instituições estaduais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CECE (**Publ. no DA nº 126/2001, de 17.09.2001**).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 449/2001**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Durval Amaral, visa dispor sobre as relações entre as instituições estaduais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 449/2001**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Durval Amaral, dispõe sobre as relações entre as instituições estaduais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada esta Comissão de Finanças a se manifestar, como se pode observar pela análise procedida pela Coordenadoria de Assessoramento Legislativo, o projeto de lei em questão está em conformidade com a Constituição Estadual e Federal, encontrando-se portanto, em condições de ser apreciado pelo douto Plenário.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria através de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 449/2001.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 449/2001**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 449/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, dispõe sobre as relações entre as instituições estaduais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças.

O projeto é meritório e encontra-se de acordo com as disposições constitucionais pertinentes e visa facilitar a contratação pelas entidades de ensino superior estaduais de instituições criadas com a finalidade de dar apoio aos programas de pesquisa desenvolvidos.

O projeto apresenta apenas falhas de redação técnico-legislativa que estão sendo corrigidas na emenda em anexo nos termos do artigo 138, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação na forma da emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Senhor presidente, neste Projeto 449/2001, se não me falha a memória, na Comissão de Educação foi apresentada uma emenda pelo deputado José Maria Ferreira e essa emenda não consta, não constava, inclusive, não foi impressa no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vai constar na Sessão de amanhã, nobre deputado.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Mas, e hoje?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Hoje nós só votamos a constitucionalidade do projeto.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Não, mas a emenda era na Comissão, senhor presidente, a emenda da Comissão e não consta a alteração que houve no projeto.

Então, eu pediria que fosse retirado este projeto pelo menos por uma Sessão, para que a emenda constasse na Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Realmente, depois de alertado pelo deputado Cezar Silvestri, nós apresentamos na Comissão de Educação uma emenda ao projeto e ela não acompanhou a publicação dos avulsos.

Portanto, eu solicito até para tranqüilidade da votação, que ele retorne amanhã, não tem problema, não tem prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu consulto o deputado Durval Amaral que é o autor do projeto, se retira por uma Sessão?

O SR. DURVAL AMARAL

Retiro, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado José Maria Ferreira, está aqui junto, já está anexado aqui ao projeto a emenda de V. Exa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Mas não foi publicado nos avulsos. O deputado Cezar Silvestri me chamou a atenção e realmente eu não encontrei.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Retirado por 01 (uma) Sessão.

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 674/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que denomina de “Colégio Estadual Desembargador Francisco da Cunha Pereira”, o colégio estadual edificado no bairro Santa Terezinha no município de Fazenda Rio Grande. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 187/2001, de 05.12.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 674/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 674/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, denomina de “Colégio Estadual Desembargador Francisco da Cunha Pereira”, a escola edificada no bairro Santa Terezinha, no município de Fazenda Rio Grande.

Cabe salientar que este colégio é novo e ainda não possui denominação, conforme consulta verbal feita à Secretaria de Estado da Educação.

Isto posto, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 674/2001.

Sala das Comissões, em 16.04.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 674/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de autoria do ilustre deputado Geraldo Cartário, objetiva denominar o Colégio Estadual edificado no bairro Santa Terezinha, no município de Fazenda Rio Grande, de Colégio Estadual Desembargador Francisco da Cunha Pereira.

Conforme consulta formulada pela douta CCJ à Secretaria de Estado da Educação, conforme verifica-se em seu parecer referida escola ainda não tem denominação.

Por outro lado, em se tratando o homenageado de sua pessoa ilustre e que relevantes serviços prestou ao Estado, a medida proposta, denominando uma escola estadual com seu nome, reveste-se do mais alto senso de justiça e oportunidade.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se favoravelmente à matéria proposta, opinando pela aprovação do projeto de lei em referência.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.05.2002

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 675/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que denomina de “Colégio Estadual Senhora Olindamir Merlin Claudino”, o colégio estadual edificado no bairro Gralha Azul, no município de Fazenda Rio Grande. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 187/2001, de 05.12.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 675/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 675/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, denomina de “Colégio Estadual Olindamir Merlin Claudino, a escola edificada no bairro Gralha Azul, no município de Fazenda Rio Grande.

Cabe salientar que este colégio é novo e ainda não possui denominação, conforme consulta verbal feita à Secretaria de Estado da Educação.

Isto posto, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 675/2001.

Sala das Comissões, em 16.04.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 675/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de autoria do ilustre deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo denominar o Colégio Estadual Senhora Olindamir Merlin Claudino, o colégio estadual edificado no bairro Gralha Azul, no município de Fazenda Rio Grande.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos de constitucionalidade e técnica legislativa.

Chamada esta comissão a se manifestar de acordo com o artigo 7º do Regimento Interno, não encontramos óbice que o impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 24.05.2002

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada Itaguaçu, localizada no Rio Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado. (Publ no DA nº 028/2002, de 25/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 149/2002

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 149/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo autorizar a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada Itaguaçu, localizada no Rio Pitanga, entre os municípios de Pitanga e Boa Ventura de São Roque.

Chamada esta Comissão a manifestar-se, constatou-se que a matéria em tela, atende aos requisitos legais, não havendo óbice à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 149/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cezar Silvestri, tem por finalidade autorizar a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada Itaguaçu, localizada no Rio Pitanga, entre os municípios de Pitanga e Boa Ventura de São Roque.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, com parecer do deputado Orlando Pessuti, manifestou-se favoravelmente à sua aprovação. A implantação efetiva da Central Hidrelétrica fica sujeita ao projeto técnico de impacto ambiental, a ser elaborado pela autoridade competente, nos termos do artigo 209 da Constituição do Estado do Paraná.

Este relator, chamado à manifestação exigida pelo parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, entende meritória a iniciativa, emitindo parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.04.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 149/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo autorizar a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada Itaguaçu, localizada no Rio Pitanga.

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a manifestar-se, e tendo em vista o relevante interesse da matéria, opinamos pelo parecer favorável à sua aprovação, prosseguindo assim sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente
LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 159/2002, de autoria do deputado Sérgio Spada, que dispõe sobre a matrícula de portadores de necessidades especiais em escolas das redes pública e privada do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECE. **Aprovado. (Publ no DA nº 029/2002, de 26/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 159/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, autoria do deputado Sérgio Spada, tem por finalidade dispor sobre a matrícula de portadores de necessidades especiais em escolas das redes pública e privada do Paraná.

Autuada em 01.04.2002, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça, para que seja examinada quanto aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos, nos termos do parágrafo 2º do artigo 33, do Regimento Interno.

Tal iniciativa, pretende promover a integração dos portadores de necessidades especiais, à sociedade, nas suas variações e graduações, visando também, o cumpri-

mento da Lei de Diretrizes e Bases, no capítulo que trata da educação especial, de acordo com os serviços especializados, em função das condições específicas dos alunos.

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto de lei ora em análise, manifestando o parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI Nº 159/2002

P A R E C E R :

O plano de lei em análise, de autoria do nobre deputado Sérgio Spada, objetiva dispor sobre a matrícula de portadores de necessidades especiais em escolas das redes pública e privada do Paraná.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto.

Esta Comissão de Educação, à qual compete a análise de mérito, manifesta-se pelo acolhimento da medida proposta, tendo em vista a importância que encerra em seu conteúdo, ao promover a integração dos portadores de necessidades especiais, à sociedade, bem como o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases, que trata da Educação Especial.

Considerando o exposto, o parecer é favorável à aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor presidente, entraremos na discussão do Item 22 da pauta. Sugiro ao líder do Governo fazer a transferência desse item para a Sessão de amanhã, para que possamos eliminar algumas dúvidas que existem.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concordo em suspender a Sessão por alguns minutos, porque a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não pode ficar com o ônus de não aprovar ou rejeitar esse projeto, porque tem um prazo máximo, no dia 31/05, de estar sancionado ou não esse projeto, senão o Estado perderá o prazo para a renegociação, inclusive, prejudicando outros Estados brasileiros. Se houver um entendimento para suspender a Sessão, por alguns minutos, esta presidência está de pleno acordo.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor presidente, seria a segunda solicitação que eu faria, no sentido de suspendermos a Sessão, para tratar desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Suspendemos a Sessão por alguns minutos, para que possam, tanto a Bancada da Situação como a Bancada da Oposição, discutirem com suas lideranças.

Está suspensa a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Reiniciando os trabalhos desta Sessão Ordinária está em discussão o Item 22.

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/2002, fica o Estado do Paraná autorizado a renegociar créditos de sua titularidade representados por títulos mobiliários (LFTAL's) emitidos pelo Estado de Alagoas, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ no DA nº 060/2002, de 14/05/2002-Mens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 324/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, com origem na Mensagem nº 017/2002, autoriza o Estado do Paraná a renegociar créditos de sua titularidade representados por títulos mobiliários (LFTAL's) emitidos pelo Estado de Alagoas.

Enfatize-se, por importante, que dos 36 credores da dívida imobiliária do Estado de Alagoas - incluindo o Banco do Estado de Santa Catarina e a Fundação Itaipu - todas já concordaram com a negociação coordenada pela União Federal, exceto o governo federal e um fundo de pensão sob intervenção, titular este de apenas 0,1% das LFTAL's.

Se o Paraná se recusar a participar desse acordo será o único credor a recorrer ao Judiciário, em demanda que certamente se alongará por anos, e ainda se vencedor, o Estado do Paraná terá enormes dificuldades em receber, em forma de precatórios, dado a difícil situação financeira do Estado de Alagoas, que segundo a Secretaria do Tesouro Nacional "tem a maior relação Dívida/Receita dentre todas as unidades da Federação".

Participando desse acordo comandado pela União o Estado receberá algo em torno de 70%, o montante da dívida em letras do Tesouro Nacional.

Portanto, por atender inteiramente requisitos constitucionais e os de interesse público, esta Comissão é de parecer favorável à proposição.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 324/2002

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 017/2002, visa receber da Assembléia Legislativa a autorização para renegociar créditos de sua titularidade representados por títulos mobiliários (LFTAL's) emitidos pelo Estado de Alagoas.

Fundamentação

A matéria já passou pela análise constitucional, legal e regimental, feita pela Comissão de Constituição e Justiça, que nada encontrou que obstasse nos aspectos acima citados a aprovação da mesma, recebendo a proposição parecer favorável daquela Comissão Permanente.

A medida enviada a esta Casa permitirá que o Estado do Paraná possa recuperar em curtíssimo prazo o montante expressivo da dívida entre os dois Estados, através de Letras do Tesouro Nacional. Para o prazo de prorrogação do contrato de refinanciamento das LFTAL's há necessidade de adesão do nosso Estado ao referido Termo juntamente com os demais credores, que majoritariamente já aderiram.

Conclusão

Assim, pelo acima exposto e respaldado pelo parágrafo 3º, do artigo 33, do Regimento Interno desta Casa de Leis, este relator opina favoravelmente pela aprovação do projeto de lei em epígrafe.

Sala das Comissões, em 22.05.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Em discussão, em votação. Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação dos senhores parlamentares.

O SR. DURVAL AMARAL

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Chamada nominal dos senhores parlamentares.

Solicito ao 1º secretário Valdir Rossoni, a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vinte e oito deputados responderam à chamada.

Em votação. Os deputados que votam favoravelmente ao projeto permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Só para registrar os deputados que votaram a favor desse ingresso de recursos efetivamente para que possamos diminuir o impacto do empréstimo, o impacto dos precatórios de Alagoas.

São deputados que votaram favoravelmente, que desejam proteger o patrimônio do Estado do Paraná: deputados Durval Amaral, Valdir Rossoni, Divanir Braz Palma, Carlos Simões, Antonio Belinati, Sérgio Spada, Fernando Ribas Carli, Ricardo Maia, Moysés Leônidas, Geraldo Cartário, Chico Noroeste, Nelson Tureck, Luiz F. Litro, Elio Rusch, Ademar Traiano, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus, Luiz Accorsi, Nelson Garcia, Luiz Carlos Martins, Cleiton Quielse, Cesar Seleme, Miltinho Pupio, Duílio Genari, Plauto Miró Guimarães, e tenho certeza que V. Exa. também votaria, e o deputado Waldyr Pugliesi, que permaneceu no plenário, para que essa Sessão pudesse transcorrer normalmente e a votação pudesse ocorrer.

Obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu poderia dizer que não só o Paraná sabe o que aconteceu em relação aos chamados "Precatórios de Alagoas". Todo o Brasil sabe. O que é que nós da Oposição temos a ver com tudo isso?

Nós queremos, sim, registrar aqui na tarde de hoje, mais uma vez, o comportamento do governo em relação a esse procedimento que tomou em relação aos precatórios.

Na realidade, senhor presidente, foi montada uma quadrilha dentro do Banestado, que causou prejuízos enormes a todo o Estado do Paraná. Pois bem, aqueles que praticamente causaram esse enorme prejuízo ao Estado do Paraná, agora querem mudar a História em relação a esses fatos. Foi o governo Lerner que golpeou os interesses do povo do Paraná, causando-lhe prejuízo enorme e agora, mesmo com esse prejuízo, eu vejo por parte do líder do governo aqui, querendo transferir para a Oposição o ônus de toda essa patifaria que aconteceu no Estado do Paraná.

Nós, da Oposição, não temos nada com isso que está acontecendo. Eles são maioria, eles estão ligados ao prejuízo que foi dado ao povo do Paraná pela atuação desse governo incompetente e desmoralizado que é o governo do senhor Jaime Lerner, que não tem cinquenta reais para dar de abono aos aposentados, mas, do outro lado, está com a "boca desse tamanho", para pegar mais esses recursos.

Para quê, senhor presidente? Para livremente aplicá-lo na boca da eleição, para fazer campanha eleitoral!

Nós queremos deixar aqui o nosso repúdio em relação a tudo isso. Prejudicaram o Estado do Paraná e agora, que não apareçam como benfeitores, dizendo que

eles é que estão possibilitando o Paraná de receber esses recursos que foram mal empregados pelo governo do senhor Jaime Lerner, no passado, comprando “m...”, que são esses títulos do Estado de Alagoas.

Fica aqui a minha posição e eu gostaria que os deputados em seguida também se manifestassem em relação a esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em relação a esse assunto só V. Exa., que estava presente na hora da votação, poderá se manifestar. Os demais parlamentares poderão se manifestar na Sessão de amanhã, quando entrará na pauta, novamente, o referido projeto.

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 011/2002, de autoria da Comissão de Tomada de Contas. (ex-Proposição nº 062/2002) - aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - meses de março e abril de 2002, conforme Resolução nº 15 de 19.06.92. **PARECER FAVORÁVEL DA CTC. Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 011/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme Resolução 15 de 19 de junho de 1992, artigo 14, referente aos meses de março e abril de 2002.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Marcos Isfer, Hermes Fonseca, Luiz Accorsi e 1 ilegível.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 62/2002

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a proposição em tela, que relata a prestação de contas do relatório de créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referentes ao meses de março e abril de 2002, regulamentadas pela Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992, conforme artigo 14.

Após exame da matéria supracitada e do relatório da aplicação para atender tais despesas, entendo que as referidas contas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, dada sua exatidão, merecendo pois,

parecer favorável, uma vez que atendem a legislação em vigor.

Assim posto, conclui este relator pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável aprovado.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que concede o Título de Cidadão Honorário ao senhor Antonio de Jesus Rorato. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (A VOTAÇÃO SERÁ SECRETA). (Publ. no DA nº 047/2002, de 23.04.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 239/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Tureck, visa conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor Antonio de Jesus Rorato.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a manifestar-se com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 07.05.2001

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Solicito ao senhor 1º secretário, que proceda a chamada nominal para a votação secreta.

(É feita a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Votaram 45 deputados.

Solicito aos deputados Ademir Bier e Fernando Guimarães, para fazerem o escrutínio dos votos.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)

Para justificar a ausência do deputado Ângelo Vanhoni, hoje. No dia de ontem o seu irmão sofreu um acidente automobilístico e está internado em estado grave.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero participar aos senhores deputados que o irmão do deputado Vanhoni, Joaquim está internado no Hospital dos Trabalhadores, na UTI. É impossível receber visitas. O deputado que se dirigir ao Hospital dos Trabalhadores só poderá conversar com nosso companheiro, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu gostaria que a Mesa registrasse a presença do vereador de Londrina, Beto, acompanhando a nossa Sessão, e do Prefeito Carlos que também se encontra nas galerias.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, estão presentes aqui no plenário, nas galerias, funcionários civis, do Poder Judiciário Federal do Trabalho, o Sijustra, o Sindicato dos Servidores da Justiça Federal Eleitoral do Estado do Paraná.

Esses servidores vêm pedir o apoio desta Casa, numa moção de apoio, para que seja levado isso junto à Câmara dos Deputados, ao presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, de Porto Alegre, ao presidente do Tribunal Regional do Trabalho, 9ª Região, diretor do Fórum da Justiça Federal de Curitiba e presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná.

Nós já conseguimos quase que a totalidade, faltando ainda alguns parlamentares, mas há a certeza absoluta que esta Casa, unanimemente, está dando apoio, não apenas formal mas apoio através de um requerimento porque V. Exa. já foi contactado pelas lideranças que estão no plenário.

Esta Casa é solidária, esta Casa apóia essa reivindicação, portanto, pelos cinquenta e quatro parlamentares, senhor presidente.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Para registrar a presença do prefeito de Céu Azul, Jayme Basso (?) e também do prefeito de São Pedro do Iguaçu, Francisco Dante, nosso popular “Chiquinho”, da mesma forma o prefeito de Serranópolis do Iguaçu, Onilu Perlin. Três prefeitos presentes, aliás quase todos os prefeitos do Paraná, estiveram hoje na Capital do Estado, ocasião em que o Governo do Estado, junto com a Associação dos Municípios do Paraná, assinaram o Convênio do Transporte Escolar, repassando para os municípios o valor de 15 milhões de reais, subsidiando dessa forma, o transporte que hoje é arcado com despesa exclusiva dos nossos municípios. Soma-se nessa minha manifestação, o deputado Sérgio Spada.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Estamos concluindo a apuração.

Enquanto isso, colocaremos em votação os requerimentos:

Requerimento nº , de autoria do deputado Algaci Tulio, com apoio dos deputados Orlando Pessuti, Nereu Moura, Caíto Quintana, Cezar Silvestri e demais deputados constante do expediente, solicitando o envio de moção de apoio aos servidores civis do Poder Judiciário Federal do Estado do Paraná...

Está em votação.

Aprovado por unanimidade.

(Aplausos)

Votação do item 24.

Pela aprovação, 43 senhores parlamentares.

Pela rejeição, 02 senhores parlamentares.

Está **aprovado** em 1ª discussão.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento nº 1437, de autoria do deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1386, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1379 e 1396, de autoria do deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1411, de autoria do deputado Orlando Pessuti, com apoio dos deputados Waldyr Pugliesi e Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Só lembrando que o senhor Sebastião Morais, foi vereador, prefeito e atualmente exercia o mandato de vice-prefeito da cidade de São João do Ivaí. Um dos políticos mais tradicionais do Vale do Ivaí, faleceu no dia de hoje, vítima de um problema cardíaco.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento nº 1399, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Muito embora não tenha colocado na mesa para votação, mas quero aqui prestar uma homenagem a um cidadão que foi um grande batalhador em Curitiba, especialmente no esporte amador, o senhor Cremildo Foltran. Dedicou toda sua vida em prol de um sonho seu, que era construir um estádio de futebol, do seu Clube Olaria, graças a Deus conseguiu, mas lamentavelmente, nos deixou na tarde do último sábado, uma figura exponencial, uma figura que dedicou repito, toda a sua vida em prol do esporte amador. Queria com muito pesar registrar este fato da perda do meu querido Foltran. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica devidamente registrado.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (Pela Ordem)

Gostaria de registrar as presenças dos prefeitos: Carlos Keide, de Astorga, e Jonas de Lima, de Paissandu, que estão aqui acompanhando os nossos trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)

Gostaria também de registrar a presença do vereador de Londrina, Beto Scafe, que nos visita hoje.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Peço a palavra para solicitar a minha inscrição no dia de amanhã, no Grande Expediente, onde pretendo discutir essa mensagem governamental da questão dos títulos de Alagoas.

E ao mesmo tempo, quero convidar, lembrar os deputados que logo mais, às 17h30min esta Casa vai homenagear com título de Cidadão Honorário do Estado, ao nosso Senador Osmar Dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 1393, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Gostaria de solicitar a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

(**Faz a leitura do requerimento.**)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Autoriza-se a sua Bancada a dar o apoio necessário à sua aprovação.

Por quê?

O governo do Estado está fazendo uma campanha entre a sociedade, dizendo que tem R\$900 milhões de poupança represada do processo de industrialização e que até hoje ele não deu isenção, e que isso não trouxe prejuízo ao Paraná.

E que o porquinho está gordo, ele colocou essa imagem na televisão, há alguns meses atrás, dizendo da poupança do ICMS do Paraná.

O que precisa agora? O que pede este deputado em nome das Bancadas de Oposição?

Conhecer as empresas para saber onde foram os benefícios, até para fazer uma avaliação mais qualitativa dos benefícios que essas empresas e os créditos trouxeram, qual o prazo que o Governo do Estado do Paraná terá esses recursos.

Qual o valor montante?

Não é nada que o governo não possa trazer às claras.

Se ele faz uma enquete, eu já disse que gostaria de ver a enquete, para comprar os títulos podres de Alagoas que hoje nós votamos aqui.

Pois não é dessa forma que nós vamos fazer política e não é dessa forma que nós vamos governar o Paraná, escondendo a verdade dos paranaenses.

Um ex-secretário das Finanças deste Estado, senhor presidente, foi a público e disse que desafia o governo, que é mentira os valores que ele vem trazendo e, agora, se tiver a negativa por parte da Bancada do Governo, nesse sentido, eu vou admitir de antemão, que o ex-secretário da Fazenda tem razão.

O Governo não tem esses recursos.

Está a mentir à sociedade paranaense.

Eu vou à Justiça e estou pegando todas essas informações na Justiça, já estou com o requerimento, deputado Durval Amaral, para saber quanto custou o recape do asfalto, por exemplo, e estou com o orçamento na mão, custa R\$14,00 o metro de asfalto para fazer, e o Governo do Estado está pagando R\$251 mil reais para fazer o tapa-buraco, a lama asfáltica e a sinalização de péssima qualidade.

Então, são só trabalhos que eu vou ter, mas vão mostrar que o Governo não é sincero e que não está correto, quando sonega informações ao povo do Paraná, especialmente, senhor presidente, quando sonega a esta Casa.

Se eu não tiver condição de obter essas informações, por intermédio desta Casa, eu solicitaria ao presidente da Comissão de Finanças e Orçamento que solicitasse, via Comissão, as informações que constam no requerimento.

Além disso, também, irei à Justiça buscar as informações que entendo necessárias ao desempenho do meu mandato.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, no início deste encaminhamento, eu quero aproveitar para, com satisfação, registrar a presença do prefeito de Cândói, Elias Farah, que está prestigiando esta Sessão, a exemplo do nosso colega, prefeito de Cascavel, deputado Edgar Bueno.

Valoroso companheiro, também, nesta Casa.

Senhor presidente, eu entendo que essas informações solicitadas pelo deputado José Maria são importantes e necessárias.

Ainda na noite de ontem, depois de retornar do interior do Paraná, assistindo à televisão, vi o eminente e grande ator Paulo Betty, que inclusive para nós, paranaenses tem um significado especial, porque participou como um dos atores do filme “Oriundi”, de autoria do nosso grande amigo Rubens Genaro, quando o Paulo Betty, na propaganda institucional, no informativo do Governo, coloca que o Paraná possui novecentos milhões e pedindo sugestões por telefone, por carta, obras regionais ou obras para o município. Só que todo esse tempo eu ouvi o governador, através de pronunciamentos e notícias de jornais, dizendo que até o final do seu mandato, ele deixaria uma poupança de novecentos milhões. E na

propaganda de ontem eu entendi posso estar errado o Paulo Betty dizendo que até 2005 nós teremos essa poupança de novecentos milhões. Foi o que eu entendi da propaganda. Ou está errada a afirmação do governador, ou está errada a propaganda.

Por isso, o requerimento do deputado José Maria é oportuno, porque esclarecerá a todos nós o quanto, efetivamente, temos de recursos do ICMS represados, e é importante até que efetivamente saibamos isso, e até porque temos hoje aqui prefeitos que também são parceiros, que também são donos, através dos municípios, de 25% desse ICMS.

Então, é oportuno que todos nós possamos saber, nós os deputados, que a toda hora e a todo instante reclamamos de não ter poder de legislar, que a nós é dado o direito de ver isso ou aquilo e também dar a oportunidade aos prefeitos para que, em um documento oficial, relate a cada um deles o que eles também terão, para que eles também possam ir se organizando, preparando os seus projetos.

Por isso, eu voto a favor e peço aos deputados que votemos a favor desse requerimento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, só para completar, até porque o deputado Pessuti falou do Paulo Betty. Recentemente, veiculou na imprensa um artista que estava a cobrar do governo um cachê e uma declaração dizendo que ele foi pago para fazer aquela encenação. Eu espero que a encenação do ICMS não seja igual à desse artista que trabalhou para o governo do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Nereu Moura, pela ordem.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, nós do PMDB, estamos estudando uma ação judicial para suspender a publicidade do Governo do Estado em relação à poupança do ICMS.

É mentira!

Segundo a análise que nós temos, as montadoras vão contribuir para essa tal poupança, com 80% da poupança que o governador Jaime Lerner está anunciando. O ano passado, o governador Jaime Lerner deu-lhes mais quatro anos de incentivos, prorrogando, então, de 2003 para 2007, a entrada nos cofres públicos do ICMS proveniente das montadoras do Paraná.

Ora! Então, a propaganda é mentirosa, senhor presidente. Nem o próximo governador vai se utilizar do ICMS de tal poupança do Jaime Lerner, porque se ele só vai dar entrada desses recursos no Tesouro do Estado a partir do ano de 2007, 80% desses recursos, como é que o governador Jaime Lerner fica por aí criando expectativa, mentindo, gerando uma falsa expectativa? Inclusive, deputado José Maria Ferreira, é motivo de uma denúncia no Conan para suspender essa propaganda enganosa, como também é motivo de uma ação judicial que nós

estamos organizando para impedir que o governador Jaime Lerner engane o povo do Paraná com essa pesquisa para saber onde é que o povo quer que seja aplicado esse dinheiro que vai entrar nos cofres do Estado a partir do ano de 2007, daqui a quatro anos, quer dizer, vi passar o próximo governador e o dinheiro ainda não terá entrado!

Então, é uma irresponsabilidade e por isso, deputado José Maria, V. Exa. está coberto de razão! Esse requerimento sendo aprovado de pronto, de cara já vamos aqui esfarrapar uma cabeluda mentira patrocinada pelo governo, querendo gerar uma grande expectativa falsa no povo do Paraná!

Então, estou favorável ao seu projeto. O PMDB vai votar favorável e esperamos que a Casa vote favorável a esse requerimento!

O SR. WALDYR PUGLIESI

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Só faço uma solicitação aos senhores parlamentares, pois temos uma Sessão Solene às 17h30min, então, que possamos, depois do deputado Waldyr Pugliesi, votar o requerimento.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Para Encaminhar)

Senhor presidente.

Logicamente, que nós somos favoráveis ao requerimento do deputado José Maria Ferreira, e em nome até da Oposição, faço um apelo ao líder do Governo para que libere a sua Bancada para aprovar esse requerimento e aí as dúvidas que temos em relação a essa quantia possam ser dirimidas. Aliás, só lamento que o governador Jaime Lerner, sempre atrasado, como é o seu estilo, estilo “tartaruga”, poderia ter lançado essa pergunta ao povo do Paraná quando ele torrou os oitenta milhões de dólares com os Jogos Mundiais da Natureza!

Se ele tivesse perguntado, senhores deputados, ao povo do Paraná, se queriam que se torrasse oitenta milhões de dólares com os Jogos Mundiais da Natureza, acredito que o Paraná, em uníssono, não teria concordado com isso.

Imagine, senhor presidente, se o Jaime Lerner tivesse acordado lá atrás e tivesse feito essa pergunta ao Paraná: “o que é nós vamos fazer com essa “dinheirama?” Vamos comprar os títulos podres de Alagoas (que não valem nada)?

O povo do Paraná não lhe teria permitido fazer a farra que fez com o dinheiro, quando jogou essa monumental soma nos Jogos Mundiais da Natureza; quando comprou os títulos de Alagoas, de Osasco, de Guarulhos. Então, na realidade, é um engodo nobre deputado Durval Amaral! É uma mentira, porque sabemos qual é o verdadeiro caráter deste governo! Não adianta querer na undécima hora enganar o povo do Paraná!

Ora, me lembro de uma gravação, aqui, que nos foi mostrada, quando se questionava a questão dos grampos,

uma produção ali do Palácio Iguaçu, quando o Gerson Guelmann estaria ouvido os deputados; sabem o que o inefável ministro Rafael Greca falou? “Mas, o Lerner não ouve deputado e o povo nem ao vivo, como é que ele vai ouvir em gravação?”

Portanto, senhores, é uma mentira! Mais uma como aquela de mostrar para o Paraná que ele tinha tomado a decisão de não vender a Copel. Nós estivemos aqui, saímos às ruas por todos os cantos, para pegar a vontade do Paraná e impedir que ele torrasse também a Copel, principal patrimônio construído nos últimos quarenta e sete anos pelo povo do Paraná!

É brincadeira!

Senhor líder da Bancada, por favor, não agrida a presença de todas as ilustres pessoas que estão aqui, fazendo com que esse simples pedido de verificação fosse reprovado pela sua Bancada. Aliás, vejo com satisfação, entre tantos, o meu particular amigo Carlos Keidi (?), prefeito de Astorga, como Edgar Bueno que estava até agora aqui, prefeito de Cascavel, e os outros prefeitos que estão aqui, que poderiam por exemplo, pegar uma folha de papel, uma caneta e começar a calcular aquilo que os seus municípios receberiam lá adiante com esse magnífico governador que temos.

Não se iludam!

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente.

“O tempo é o senhor da razão”. E com toda certeza, nada melhor, deputado Marcos Isfer, do que um dia após o outro.

Vejo aqui a Oposição, muito preocupada discutindo a poupança do Paraná em torno de novecentos milhões.

Certamente, os deputados de Oposição talvez tenham se distanciado um pouco da prática municipalista. Esqueceram de perguntar aos prefeitos do Paraná, de quando foi o crescimento de ICMS dos seus municípios, independentemente dos municípios que receberam indústria ou não.

Para os deputados que não sabem, a receita dos municípios, só no setor ICMS do governo Jaime Lerner, quadruplicou!

Ou seja: multiplicou por quatro, em função da industrialização do Estado do Paraná.

Como o nosso ilustre deputado José Maria é um deputado sempre vigilante, muito atento, que se esmera nas causas públicas e principalmente, na defesa do Estado do Paraná, ele terá muita facilidade em obter essas informações, porque ninguém mais do que o deputado José Maria tem tempo para ler o Diário Oficial, como ele tem.

E todo o programa de dilação de prazo de ICMS, quando é diferido, automaticamente é publicado no Diário Oficial.

Razão pela qual, queremos dar oportunidade ao deputado José Maria, de continuar lendo o Diário Oficial

e buscando essas informações que são públicas e estão no Diário Oficial.

Mas, no momento, o número total nós não vamos fornecer, até porque, com tranquilidade, a palavra do governador tem fé pública. O governador tem colocado que ultrapassa novecentos milhões de reais, e por isso que vamos rejeitar o requerimento nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Faço um apelo aos senhores parlamentares.

Amanhã nós continuamos essa discussão. Tem uma Sessão Solene agora, quando será homenageado o senador Osmar Dias. Está marcada para 17h30min.

Tenho alguns requerimentos para serem votados aqui rapidamente, ainda. Então, peço a compreensão dos senhores parlamentares.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Eu pediria então, para que nós pudéssemos continuar essa discussão, que o requerimento fosse adiado para amanhã.

O SR. DURVAL AMARAL

Já está adiado, senhor presidente.

O SR. NEREU MOURA

Não está adiado; foi apresentado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não foi adiado.

O SR. NEREU MOURA

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Adia-se na forma regimental, conforme o artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 1405, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado. (Matéria acha-se publicada no final desta ata).**

Requerimentos nºs 1406 e 1407, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1409 e 1422, de autoria do deputado Cezar Silvestri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1438, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. DEPUTADO (Hermas Brandão)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 1420 e 1421, de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1392 e 1431, de autoria do deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1433, 1434 e 1436, de autoria do deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1345, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1378, 1400 e 1401, de autoria do deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1380 e 1381, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1383 e 1432, de autoria do deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1384 e 1440-A, de autoria do deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1387, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1394, de autoria do deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1398, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimentos nºs 1414 a 1416, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1402, de autoria do deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1410, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1418, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1425 a 1427, de autoria do deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1440, de autoria do deputado Durval Amaral, com apoio dos deputados Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Martins, Fernando Guimarães, Carlos Simões e demais deputados, constante do expediente, solicitando transformação de Sessão Plenária em Comissão Geral de Plenário e quebra de interstício para a votação dos Projetos de Leis 324/2002 e 284/2002. **Recebido, na forma do artigo 107 do Regimento Interno.**

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Não é votado hoje; é só anunciado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu só quero registrar a presença neste Parlamento de um jovem que começou como eu em uma escola que eu julgo uma das mais ilustres do Estado do Paraná, que é a Câmara Municipal de Londrina.

Quero deixar registrado nos Anais desta Casa, é um vereador combativo, um vereador que dá de si antes de pensar em si, a presença do meu amigo de fé, irmão camarada, ilustre vereador londrinense, Beto Scaffé, que é da Bancada do PDT que apóia o candidato a governador Álvaro Dias.

O SR. NELSON TURECK (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero registrar a presença dos vereadores da cidade de Barbosa Ferraz, o Mauro, o Jarbas, que é o presidente da Câmara Municipal, o Tini T., é o secretário do Núcleo Regional de Campo Mourão e também o vereador de Bordônia, o Celso.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Fica registrado nos Anais desta Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 604, 648, 653, 655 e 656/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 129/2000; 020/2001; 081, 177, 249 e 251/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 674, 675/2001; 149, 159, 239, 324/2002 e do Projeto de Resolução nº 011/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 194 e 256/2002.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI EM SESSÃO DO DIA 27 DE MAIO DE 2002.

“A Primeira Rádio do Paraná completa 78 anos”

Dr. Luiz Witiuk

Celebrar é sempre relembrar um passado que ajudou a construir o presente, que é a garanti de um futuro promissor.

A emissora mais antiga do Brasil em funcionamento e pioneira da radiodifusão no Paraná, a Rádio Clube Paranaense-B2, está completando 78 anos de fundação. Foi às 11 horas da manhã de 27 de junho de 1924 que, oficialmente, a Clube B2 foi ao ar pela primeira vez. Curitiba tinha apenas 70 mil habitantes e conservava seus hábitos de cidade tranqüila de uma época marcadamente provinciana.

Os heróis daquela manhã histórica estavam reunidos na Mansão das Rosas, residência do ervateiro Francisco Fido Fontana, na Av. João Gualberto. Eram eles: Lívio Gomes Moreira, João Alfredo Silva, Moreira Garcês, Oscar Joseph de Plácido e Silva, Ludovico Joubert, Euclides Requião, Bertoldo Hauer, Gabriel Leão da Veiga, Alberico Xavier de Miranda e Olavo Bório. Um grupo de amigos que gostava de ouvir radiogalena. O primeiro transmissor tinha a potência de apenas 3 watts na antena. Hoje, aos 78 anos, a Clube tem 50 mil watts de potência em AM e mais três Ondas Curtas cobrindo o Paraná e, praticamente, todo o Brasil.

Durante 22 anos, até 1946, foi a única emissora de rádio de Curitiba. passou por diversos donos e muitas sedes. Seu período de ouro foi nas décadas de 40 e 50, quando funcionou na Rua Barão do Rio Branco, quase na esquina com a Av. Marechal Deodoro. O prédio ainda está lá. Nesse local pelos estúdios da Rádio Clube passaram os maiores artistas nacionais. Foi ali também que inúmeros artistas, locutores e apresentadores alcançaram fama e se projetaram no cenário da radiofonia e do teatro nos grandes centros. Os curitibanos mais antigos lembram, com saudade, os programas de auditório, com audiência garantida, as rádio-novelas e seus atores, os programas de calouro, o jornalismo, como a Revista Matinal, e várias outras atrações.

Com a chegada da televisão, em 18 de setembro de 1950, a crise que se abateu sobre as emissoras brasileiras também atingiu a Rádio Clube Paranaense. O patrimônio dos paranaenses, a Rádio Clube, não poderia simplesmente desaparecer como aconteceu com as suas duas irmãs, praticamente fundadas na mesma época: a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e a Rádio Clube de Pernambuco. A Cúria Metropolitana de Curitiba, tendo à frente o arcebispo Dom Pedro Fedalto, em 1973, resgatou a Rádio Clube para os paranaenses, e dela cuidou por 19 anos, com seus estúdios funcionando no prédio da Rua Dr. Muricy, esquina com a Sandanha Marinho.

No final de 1992, a Clube passou a integrar o complexo de comunicação de um projeto audacioso e de futuro promissor, sob a gerência dos Irmãos Maristas, conduzido, naquela ocasião, pelo professor Clemente Ivo Juliatto, reitor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná desde 8 de janeiro de 1998. Os estúdios da emissora passaram a funcionar no bairro Rebouças, na rua Rockefeller, 1311 nem espaço amplo e digno do passado glorioso. Era o impulso que a Clube precisava para continuar marcando a história da rádio no Paraná e no Brasil, pela sua credibilidade e força de propósito na construção de uma sociedade pautada pela cidadania, espírito de solidariedade e justiça.

Hoje, a Clube integra o complexo denominado Lumen - Centro de Comunicação, dos Irmãos Maristas, que reúne quatro rádios (Clube Paranaense-B2, Clube FM, Rádio Paraná, Rádio Educativa FM) TV Educativa, repetidora da Rede Vida, Jornal Voz do Paraná, Produtora de TV e Gráfica. Todo esse complexo de comunicação está, agora, sob a responsabilidade do professor Sérgio Rogério Azevedo Junqueira, que é também presidente da Fundação Nossa Senhora do Rocio, que mantém a Clube Paranaense. No seu entendimento, a Clube-B2 “precisa continuar sua trajetória marcante de 78 anos na qualidade de emissora competitiva e coerente com seus princípios de autonomia editorial, servindo aos interesses e necessidades dos ouvintes espalhados por Curitiba, Paraná, Brasil e pelos quadrantes da terra”.